

# **Utopias territoriais do Iluminismo em Portugal**

Ana Moreira

Dissertação de Mestrado em Arquitectura  
Especialidade de Teoria e História da Arquitectura  
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra  
Orientada pelo Prof. Doutor Walter Rossa

Novembro 2006



*À memória do meu avô*



## Sumário

INTRODUÇÃO .....	7
<b>PARTE I.....</b>	<b>19</b>
<b>CORREIA DA SERRA E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS NO CONTINENTE AMERICANO .....</b>	<b>19</b>
01. CAUSAS E EFEITOS .....	21
1 de Novembro de 1755 .....	22
Revoluções e Doutrinas .....	27
Políticas territoriais – revolução e reforma .....	37
02. CORREIA DA SERRA (1750 – 1823) .....	43
<b>PARTE II.....</b>	<b>59</b>
<b>UMA UTOPIA TERRITORIAL – ‘TRATADO DA RUAÇÃO’ DE FIGUEIREDO SEIXAS.....</b>	<b>59</b>
01. UTOPIAS TERRITORIAIS.....	61
02. <i>TRATADO D’ARRUAÇÃO PARA EMENDA DAS RUAS DAS CIDADES, VILLAS E LUGARES, D’ESTE REINO</i> .....	75
José de Figueiredo Seixas .....	76
A ‘descoberta’ do Tratado de Ruação .....	78
A ‘Aula do Risco’ e a Junta de Obras Públicas no ‘Porto dos Almadas’ .....	80
Organização / composição .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Tratado ou utopia: regra ou modelo? .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>

CONCLUSÕES .....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>
ANEXOS.....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>
01. CARTAS .....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>
Notice Inedite sur Lisbonne en 1781 .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Carta 163.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Carta 251.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
02. PUBLICAÇÕES DE CORREIA DA SERRA.....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>
03. LEGISLAÇÃO.....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>
Land Ordinance, 1785.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Northwest Ordinance, 1787.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
04. CRONOLOGIA .....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>
BIBLIOGRAFIA.....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>
NOTA FINAL – AGRADECIMENTOS .....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>

## **Introdução**





Inicialmente inscrita sob o título de *'Relações entre Portugal, a França e os Estados Unidos da América no fim do Antigo Regime e suas consequências ao nível das políticas territoriais'*, a presente dissertação faz parte de um projecto para uma futura tese de doutoramento. A temática/problemática que aborda é bastante vasta e engloba um conjunto de factores que obrigam a um tempo de investigação e a um encadeamento de ideias que, no âmbito da dissertação de mestrado, não foi possível contornar. Desta forma, o trabalho aqui apresentado, é o resultado da síntese das principais ideias da temática em questão, com base no contexto histórico em geral, e na análise de uma obra em particular – O *Tratado da Ruação* de José Figueiredo Seixas, em torno da qual se constrói o discurso que sustenta as ideias aqui defendidas.

A dissertação de mestrado centra, assim, o seu objecto de estudo – as utopias territoriais do iluminismo em Portugal, – no âmbito da teoria e crítica da arquitectura/urbanismo, analisadas à luz de duas correntes ideológicas que coexistiam na época no país aqui representadas pelos contributos de dois personagens: Correia da Serra (1751-1823) e Figueiredo Seixas (17??-1773)<sup>1</sup>. Estas duas correntes fazem, cada uma à sua maneira, uma crítica ao 'planeamento urbano'<sup>2</sup> que vigorava na altura. Os personagens que as ilustram foram escolhidos pela sua obras de autoria insuspeita, mas é muito natural que outros possam cumprir a missão de reforçar o ponto de vista aqui defendido.

A transição do século XVIII para o XIX processou-se de forma conturbada, um pouco por toda a Europa, à custa de inúmeras revoluções e doutrinas que, em nome do progresso científico, rejeitaram os quadros da autoridade tradicional e originaram a transição do Antigo Regime para o Liberalismo. A Independência Americana (1776) e os ideais iluministas<sup>3</sup> influenciaram as revoluções travadas no continente europeu, começando por França (1789-1799) e encontrando reflexo em Portugal nas políticas territoriais das reformas do governo do Marquês de Pombal e na rede e demarcação de fronteiras do Brasil.

---

<sup>1</sup> O perfil destes personagens é analisado em detalhe nos capítulos a eles dedicado.

<sup>2</sup> Leia-se forma de pensar e construir o território, uma vez que o planeamento urbano (enquanto disciplina) surge mais tarde, associado a políticas económicas e sociais de organização e gestão do território.

<sup>3</sup> Entre os ditos 'ideais iluministas' encontravam-se as ideias políticas e filosóficas de Montesquieu, Voltaire e Rousseau; a perspectiva de Diderot relativamente ao materialismo, cepticismo e naturalismo religioso, ilustrados na sua *'Enciclopédia'* [dicionário iniciado em 1750, composto de 28 volumes dedicados às ciências, às artes e aos ofícios], e as ideias materialistas de Holbach, entre outros.

O iluminismo representou, para o urbanismo, uma nova maneira de abordar o planeamento urbano. O espaço e a sociedade passaram a ser objectos de reformas racionais, originando uma série de planos de ordenamento político-territorial, que obedeceram a princípios de regularidade, uniformidade e programa, segundo uma organização racional e centralizadora do espaço. (CORREIA, J. E. H., 1995) O desejo de mudança, conseguido de forma por vezes árdua através da revolução, é propício ao despertar do espírito utópico. A utopia manifestou-se, assim, não só nas aspirações dos grandes planos, mas também na escala da extensão da sua aplicação.

As obras de carácter utópico produzidas neste contexto, constituem um campo de investigação fértil, onde é possível construir de novo, racionalizar, uniformizar, ordenar, regular, controlar, povoar... sem as limitações específicas da prática do urbanismo. Isto é: revolução, reforma e utopia são conceitos indissociáveis e interrelacionados quando aplicados ao estudo das utopias territoriais.

Assim, foram considerados os episódios / momentos da história que contribuíram para as alterações verificadas ao nível das políticas territoriais, isto é, que influenciaram a nova forma de ver o território – consequência directa do espírito iluminista e do progresso científico. Numa época em que se travavam as revoluções que fizeram a passagem para a idade contemporânea, o desafio que o trabalho coloca à partida é verificar as consequências dessas mesmas revoluções no campo da arquitectura e do urbanismo, em especial nas políticas territoriais desenvolvidas no continente americano. Interessa, concretamente, perceber se o conhecimento e a experiência adquiridos se traduziram num momento de rutura com o passado (com a tradição da Escola de Engenharia Militar Portuguesa) ou, pelo contrário, se desenrolaram de forma contínua e gradual (antecipando-se até às revoluções), ao sabor da vasta experiência de planeamento que a escola portuguesa tinha vindo a desenvolver. Esta última ideia de continuidade, que aqui se apura, tem vindo a ser alvo de interesse de vários investigadores na área do urbanismo do século XVIII, mas é uma matéria que está ainda longe de se esgotar.

A obra de Figueiredo Seixas é precoce uma vez que não segue um modelo tipicamente português, mas antes um modelo internacional, seguido posteriormente no continente

americano. A crítica que Seixas faz ao planeamento que vigorava na altura tem implícita uma rotura com a escola de urbanismo português, cujas raízes estavam mergulhadas no legado teórico de Manuel Azevedo Fortes (1660-1749) (ao qual Seixas ainda vai buscar muitas referências).

A ligação do *Tratado de Ruação* às experiências desenvolvidas no Brasil (a América Portuguesa) é estabelecida pelo modelo de cidade-ideal que descreve, cujo paradigma é a cidade do Rio de Janeiro (que nunca conheceu). No entanto, não deixa de ser uma relação nebulosa uma vez que, aparentemente, não se percebem os motivos da sua escolha por esta não se encontrar reflectida no modelo de cidade que propõe.

Acima de tudo, interessa analisar na obra de Figueiredo Seixas tendências, influências, metodologias e críticas do planeamento da cidade, bem como reflectir sobre aspectos da operatividade de obras semelhantes: fornecer um modelo teórico, protótipo da cidade-ideal? Ou um conjunto de regras urbanísticas que servissem de apoio aos trabalhos desenvolvidos em campo?

Correia da Serra, figura central do encadeamento dos pressupostos levantados na presente tese, é o vínculo português ao território ordenado por Thomas Jefferson (1743-1826). O contacto mais directo que travou com estas questões associadas ao urbanismo foi feito através do processo de ordenação e expansão territorial nos Estados Unidos da América – a *Land Ordinance* (1785) e a correspondência que trocava com Tomás António de Vilanova Portugal (1755-1839), relativamente à venda de terras desocupadas no Brasil (da qual se publicam duas cartas em anexo). A carta que escreve para a Academia das Ciências de Lisboa '*Notícia inédite sur Lisbonne*' (1781)<sup>4</sup> é um bom exemplo da forma como ele vê a cidade, ao mesmo tempo que denuncia as referências europeias que tem para a sua cidade ideal.

É através da análise do percurso de Correia da Serra, que se desenleia a teia de relações que o país travava, na altura, com os principais 'berços da revolução': a América (1776) e a França (1789), e com as políticas territoriais em questão. É um trabalho baseado no legado da documentação da sua actividade enquanto representante de Portugal nos Estados Unidos; dos trabalhos científicos que desenvolveu, não só para a Academia das

---

<sup>4</sup> Anexo 01.01, da presente dissertação.

Ciências de Lisboa, mas para um vasto conjunto de academias, sociedades e universidades internacionais, das quais foi membro, sócio e professor; e das cartas pessoais aos amigos (ilustres personagens do iluminismo europeu).

A experiência de construir de raiz não era nova para Portugal, que já contava com o saber adquirido em território brasileiro. O mesmo não acontecia, na 'Nova República' (Estados Unidos da América) que começou a desenvolver-se nessa altura. Interessa, assim, perceber, ao nível do universo ideológico, a forma como estes dois modos de pensar o território interagiram. Uma vez mais, é precisamente no campo das utopias territoriais dos 'iluministas do território' como Seixas, Jefferson, Pablo Olavide (1725-1803), Campomanes (1723-1808) e Ribeiro Sanches (1699-1783) (alguns dos exemplos aqui referidos, entre outros) que estas questões encontram algumas respostas.

Neste contexto, é possível afirmar que a política adoptada pelos Estados Unidos não era novidade para a escola de urbanismo português. As experiências desenvolvidas pelos engenheiros militares, no Brasil, pressupunham a existência de uma estratégia que assentava em princípios de unidade de desenho e projecto das vilas construídas (ainda que muitas vezes não existisse um plano com um programa concreto definido). Esta é uma matéria sobre a qual foram fundamentais os contributos na área do urbanismo colonial, de Renata Araújo (1992 e 2000) e Roberta Delson (1979 e 2001), para o Brasil e John Reys (1961 e 1965) para os Estados Unidos da América.

A linha temporal que percorre o contexto histórico considerado corresponde sensivelmente ao período de vida de Correia da Serra e é assinalada pelas datas simbólicas do terramoto de Lisboa (1755) e o reconhecimento da Independência do Brasil (1826). É um intervalo caracterizado por um ritmo alucinante de acontecimentos que se desenvolvem sequencialmente (por vezes até em simultâneo). A velocidade das trocas culturais entre os vários países e territórios em questão, fez com que o ambiente revolucionário que começou por se desenvolver na América cedo contagiasse a Europa, atingindo primeiro a França e depois Portugal. Isto é, enquanto noutros períodos da história 50 anos não são representativos, no período em questão uma série de reformas políticas, económicas e sociais, provocaram alterações profundas no ensino, na indústria, na agricultura e na forma

de pensar o território. Em função destas alterações, surgiu uma nova geração de tratados e manuais, que esboçavam novos métodos para a sua eficaz medição e representação.

O enquadramento aqui descrito visa apenas reforçar alguns aspectos essenciais para a compreensão deste clima de mudança que envolve as duas formas de pensar o território, neste episódio do urbanismo português – as utopias territoriais iluministas – correspondentes às ideologias aqui representadas por Correia da Serra e Figueiredo Seixas. Para uma caracterização mais abrangente, deverão ser consultadas as obras de especialistas na matéria (no âmbito da história), como as de Ana Cristina Araújo, António Hespanha, Oliveira Marques e Nuno Monteiro, entre muitos outros que fazem parte da bibliografia de referência aqui apresentada. De igual forma, no âmbito da arquitectura e da história do urbanismo, salientam-se os trabalhos de Antoine Picon, Ramón Gutierrez, Bernardo Ferrão, Ferreira Alves, Horta Correia, José Augusto França, Paulo Varela Gomes, Renata Araújo e Walter Rossa.

Assim, o estudo da sequência de acontecimentos permitiu identificar, neste intervalo de tempo, dois momentos disitintos: o primeiro (1755-1777), que se designou por ‘*assimilação*’ (das teorias ou modelos) e o segundo (1777-1826), por ‘*acção*’ (da aplicação das políticas territoriais). O primeiro momento corresponde a um governo ocupado com a reconstrução de Lisboa, após o terramoto e a simultânea implementação de um vasto número de reformas políticas, económicas, sociais, etc., desenvolvidas pelo Marquês de Pombal. Ao mesmo tempo, Correia da Serra estudava na Itália e Figueiredo Seixas escrevia o seu *Tratado da Ruação*. No segundo momento, o Marquês de Pombal já se encontra afastado do governo; Correia da Serra funda a Academia de Ciências de Lisboa (meio para levar a cabo a sua missão de ‘modernizar’ o país), até assumir funções de Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos. O eco do tratado de Seixas parece surgir nas políticas de expansão territorial envergadas por Thomas Jefferson (*Land Ordinance*, 1785 e *Northwest Ordinance*, 1787).

A estrutura do trabalho segue, sempre que possível, esta sequência cronológica de acontecimentos. No entanto, optou-se por uma leitura generalista do contexto histórico, incidindo nos episódios/momentos mais marcantes para o estudo das políticas territoriais, que constitui a primeira parte da dissertação e que faz uma introdução mais alargada da

temática em discussão. A segunda parte é dedicada às utopias territoriais analisadas à luz da obra de Seixas, segundo uma visão já particular em torno de um caso-estudo de uma utopia territorial do iluminismo português – o *Tratado da Ruação*.

Assim, a primeira parte apresenta e identifica a época e os principais intervenientes que compõem o ‘pano de fundo’ onde decorre a acção. No fundo, é a contextualização do tema, não só na óptica nacional, mas também internacional, nos diversos âmbitos, interpretações e leituras que a temática apresenta. Pela diversidade de leituras que permite, optou-se por uma visão global e sintética que, ainda que não acrescente conhecimento, reforça os factores que se consideram fundamentais para a compreensão das alterações que se verificaram nos campos do urbanismo e da cultura arquitectónica.

Destacam-se, por isso, dois capítulos: o primeiro – das ‘causas e efeitos’, que retrata as revoluções e correntes filosóficas da época (revolução francesa, americana, a maçonaria e o fisiocratismo), bem como o papel das Academias e da Imprensa, na divulgação do conhecimento e, conseqüentemente, nas alterações do ensino da arquitectura e da engenharia militar. O segundo – dos ‘intérpretes’, aqui representados pela figura de Correia da Serra, protagonista desta teia de acontecimentos.

Desta forma, é essencial ter em linha de conta a cultura arquitectónica francesa, marcada pela Revolução Francesa e as relações estabelecidas entre Portugal e os Estados Unidos da América, nomeadamente através de Correia da Serra e Thomas Jefferson, de forma a avaliar o seu contributo na mudança de paradigma da arquitectura e do urbanismo e no surgimento de um conjunto de políticas territoriais, a que Walter Rossa chama ‘cultura do território’.

O interesse de Jefferson por Portugal, especialmente no que respeita à política portuguesa de reconhecimento e formação da rede territorial e fronteiriça do Brasil e a sua relação com Correia da Serra, são já conhecidas através das cartas que trocavam e algumas publicações estrangeiras; dos documentos do arquivo de Correia da Serra na FLAD<sup>5</sup> e outras ainda por divulgar em território americano. Igualmente importante, em território nacional, é o arquivo da Academia das Ciências de Lisboa.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento

<sup>6</sup> Ver fontes primárias [manuscritos]. A correspondência da Academia permite identificar os personagens que tiveram um papel activo na implementação e divulgação do ‘Espírito das Luzes’ em Portugal e no seu país de origem.

Esta mudança de paradigma reflectiu-se no ensino e na prática da arquitectura, que tinha de dar resposta aos novos equipamentos e programas (quartéis, câmaras municipais, portos, hospitais, prisões, escolas, etc.) exigidos pela sociedade iluminista. É neste quadro de *'refundação da arquitectura'* que se assiste, em Portugal, ao desenrolar das primeiras teorias da arquitectura, através de nomes como José Manuel de Carvalho Negreiros (1751-1815), Costa e Silva (1754-1818), Machado de Castro (1731-1822) e Cyrillo W. Machado (1748-1823), entre outros, sob a ideia de que a arquitectura é científica pela percepção do seu rigor (GOMES, 1998).

A segunda parte é igualmente composta por dois capítulos. O primeiro é introdutório do segundo e tem como objectivo fazer uma breve referência às utopias territoriais da época, das quais constam obras como *Sinápia* (de autor e data desconhecidos), o *'Tratado de Conservação e Saúde dos Povos'* (1756), de Ribeiro Sanches (1699 – 1783); o *'Foral de Povoação da Serra Morena'* (1767), de Pablo Olavide (1725 – 1803) e a *'Land Ordinance'* (1785), aprovada pelo Continental Congress. O segundo capítulo refere-se especificamente ao tratado de Seixas e pretende perceber as condições e motivações com que este foi redigido.

Ainda que as duas partes do trabalho não estejam intimamente ligadas, a análise do tratado de Seixas é feita com base nos conceitos e pressupostos apurados na primeira parte da dissertação. No entanto, as duas partes constituem peças de investigação autónomas, uma mais teórica e especulativa (1ª parte) e outra mais analítica e documental (2ª parte). Assim, a metodologia que serve de suporte ao estudo avançado na segunda parte consiste na contextualização do tratado, bem como a análise de simbologias; a vida da cidade e a utilização do urbanismo como instrumento de poder, através de movimentos como o fisiocratismo, ou ligado a questões místicas e religiosas como a maçonaria, que caracterizam o espírito da época e o quadro da cultura arquitectónica e urbanística do país.

As fontes utilizadas para a realização do trabalho são constituídas de fontes primárias (manuscritos, correspondência do Abade Correia da Serra, actas das reuniões da Academia das Ciências de Lisboa, o *Tratado da Ruação* de Figueiredo Seixas (cujo manuscrito se

encontra microfilmado, na Biblioteca Nacional) e um conjunto de obras impressas que constituem a bibliografia de referência.

A bibliografia de referência resulta de um percurso de investigação que foi avançando por entre as certezas e as dúvidas que o tema sugeria. Apesar de não ser uma bibliografia comentada, as obras nela referenciadas contêm títulos que mereceram uma leitura mais superficial (para uma rápida contextualização histórico - cultural e para, a partir delas, abrir novos caminhos de investigação), e outras fundamentais sem as quais não teria sido possível desenvolver o presente estudo.

Destacam-se as obras relativas a Correia da Serra (grande parte publicada pela FLAD) e alguns manuscritos que se encontram na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa; os artigos da Gazeta de Lisboa<sup>7</sup> possíveis de consultar na Biblioteca Nacional – uma fonte preciosa para a compreensão das relações entre os países e da importância da circulação da informação na época; os diversos trabalhos académicos (maior parte dos quais se encontram publicados), sobre as diversas intervenções no âmbito das reformas pombalinas e uma obra fundamental para as questões da cultura arquitectónica de Paulo Varela Gomes – A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII (1988).

No que respeita à bibliografia de suporte à metodologia adoptada para a análise da obra de Figueiredo Seixas, é importante referir os trabalhos de Helen Rosenau (1974), Françoise Choay (1980), Hanno – Walter Krufft (1990) e Ruth Eaton (2002), sobre a temática das utopias territoriais, tratados e cidades ideais.

Por consultar ficaram os arquivos da Torre do Tombo, nomeadamente no que respeita às pastas dos Negócios Estrangeiros, relativamente à legação de Portugal nos Estados Unidos. Informações que certamente introduziriam uma mudança de escala na análise da temática em questão, mas que talvez sejam mais relevantes para a futura continuação do trabalho aqui desenvolvido, sendo nesta fase necessário apenas delas tomar nota.

---

<sup>7</sup> No que respeita à utilização da Gazeta como fonte histórica, no período considerado, verifica-se uma regularidade da informação, mas sempre com maior destaque para as notícias internacionais. A coluna dedicada à independência dos Estados Unidos da América, intitulada *América Septentrional*, acompanhou de perto todos os desenvolvimentos e as relações que o país mantinha com Portugal, a França, Espanha e a Inglaterra. No entanto, sobre o próprio país, a Gazeta não desenvolve muito os acontecimentos que hoje se consideram centrais para definir a época (como o terramoto de 1755, a polémica em torno do respeito do segredo em confissão (sigilismo) ou os conflitos diplomáticos entre a Corte Portuguesa e a Espanha, França ou a Santa Sé, etc.). O contraste entre o nível de pormenorização da descrição das notícias nacionais e as internacionais é grande, e o seu forte é sem dúvida a política internacional e a diplomacia na Europa do século XVIII.



Acrescentou-se, em anexo, uma selecção de documentos (publicados na língua original) que lançaram as bases para o desenvolvimento do presente trabalho. Estes documentos estão agrupados em capítulos, de acordo com a sua natureza: cartas, publicações de Correia da Serra, legislação e cronologia. Pretende-se que constituam um complemento informativo, auxiliar aos temas aqui debatidos.

Finalmente, não podia ficar por referir a fonte motivadora e impulsionadora do presente trabalho de investigação – a viagem realizada a Filadélfia, Washington e Baltimore, – que constituiu um elemento importante para a concretização do trabalho. Ainda que muito tenha ficado por ver, e não tenha havido tempo para um trabalho arquivístico exaustivo<sup>8</sup>, foi possível através da reconstituição histórica no local, voltar atrás no tempo.

Uma viagem ao início da utopia territorial de urbanização do novo país marcada pela independência dos Estados Unidos, em Filadélfia onde, no passado, se encontraram reunidos ilustres personagens de toda a Europa, nas sociedades e academias, para discutir os interesses da nova nação. A cidade foi uma das preferidas pelos seus conceitos puros e utópicos, perseguidos pelo idealismo da Europa revolucionária. Foi, precisamente, neste ambiente entre estes ilustres personagens que a figura de Correia da Serra se destacou como o elo cultural que estabeleceu as relações entre os vários países.

---

<sup>8</sup> A continuação do estudo aqui desenvolvido não poderá dispensar a recolha de fontes nas várias academias e sociedades frequentadas por Correia da Serra, em território americano (nomeadamente na American Philosophical Society), bem como na universidade de Virgínia, no estado de Maryland, onde leccionou, e toda a informação relativa à *Land Ordinance*, especificamente a *Northwest Ordinance* de 1787, que se encontra na *Library of Congress*, em Washington (onde é possível consultar o documento original microfilmado e obras de referência como *The Northwest Ordinance: essays on its formulation, provisions, and legacy*, editado por Fredrick D. Williams, East Lansing, Michigan State University Press, 1989, entre outras).



**Parte I**

**Correia da Serra e as políticas territoriais no continente americano**



## 01. Causas e efeitos

### Contextualização histórica

O iluminismo surge em Portugal com um certo atraso em relação a outros países europeus. Começou por se manifestar no reinado de D. João V (r. 1707-1750), através dos representantes do rei nas cortes de Viena, Paris, Londres e Haia, entre os quais se destaca D. Luís da Cunha<sup>9</sup> (1662-1749), com um percurso diplomático e académico muito semelhante ao de Correia da Serra. O intercâmbio cultural entre estes países fazia-se através de professores e alunos, alguns dos quais possuíam bolsas para estudar no estrangeiro.

No reinado de D. José I (r. 1750-1777), sobretudo através de influências francesas, italianas e inglesas, a ideologia iluminista inspirou a política régia aplicada por Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>10</sup> (1699-1782). O iluminismo conferia ao poder real o apoio doutrinário para que a autoridade se exercesse sem limitações, através de uma política de ‘despotismo iluminado’<sup>11</sup>. Com a ajuda dos ministros, os monarcas iluminados tentavam levar a cabo uma reforma social, civil e económica que não reduzisse o seu poder absoluto.

É neste contexto que no país decorre um conjunto de transformações nos mais diversos sectores económico, político e social, que tiveram por base uma política mercantilista, dentro da qual o Marquês de Pombal instituiu um quadro legislativo de suporte. Este quadro era

---

<sup>9</sup> Diplomata português, estrangeirado, que serviu o rei D. João V. Foi comendador da Ordem de Cristo, Arcebispo da Sé de Évora e membro da Academia Real de História. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se formou em *Cânones*. Entrou depois na carreira diplomática, sendo nomeado enviado extraordinário a Londres e foi Ministro Plenipotenciário no Congresso de Utrech (1712). Autor de obras como *Memórias da Paz de Utrech* e *Testamento Político*, que tiveram apreciável difusão no século XVIII podendo considerar-se elementos de renovação da cultura filosófico-política portuguesa da época. Ver *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume II, pp. 1262 a 1263.

<sup>10</sup> Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, homem da confiança do rei, com uma vasta experiência diplomática em cortes estrangeiras, nas quais acompanhou com interesse as doutrinas políticas e económicas vigentes. Foi enviado para Londres (1738-1744) com a missão de tentar diminuir o peso da influência da Inglaterra em Portugal e para Viena de Áustria (1745-1749), onde teve a oportunidade de observar directamente um regime político extremamente marcado pelo absolutismo iluminado. A sua permanência por um período de 11 anos no estrangeiro permitiram-lhe tomar consciência do desfasamento e do atraso do seu país a nível económico, social e ideológico, em relação aos países que visitou. Ver *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume V, pp. 838 a 847.

<sup>11</sup> Sem diminuir o poder político do monarca (conduzido pela sua razão e auxiliado por órgãos de governo cuja função era zelar pelo bem dos vassallos), esta prática política tinha como principal objectivo: reformar a sociedade por meio de leis justas e adequadas, mitigando teoricamente os poderes régios, ao mesmo tempo que se traduzia numa ausência de limites para a autoridade suprema (SERRÃO, 1982).

essencialmente constituído por leis proteccionistas da indústria nacional, que proibiam a importação de determinados produtos estrangeiros, nomeadamente tecidos, louças, vidros e artigos de luxo.

Ao nível do ensino, estabeleceu-se o primeiro sistema educacional financiado pelo Estado e introduziram-se algumas modificações no funcionamento geral da Universidade de Coimbra, entre outras medidas. A reforma do ensino provocou a expulsão dos jesuítas no país, condenando à extinção dos seus colégios. Ainda noutras áreas, Pombal reduziu o poder da Inquisição, reformou a escravatura, investiu no exército, criou e desenvolveu manufacturas e promoveu a especialização de artífices estrangeiros. Entre 1751 e 1754, foram tomadas uma série de medidas relativas ao comércio interno e do Ultramar, com o objectivo de realizar um plano de reorganização do aparelho do Estado, que estabelecesse a orientação geral da política do Reino. Mas estes planos foram interrompidos pelo terramoto de 1755, que o obrigou a desviar a sua atenção para a reedificação da cidade.<sup>12</sup>

### 1 de Novembro de 1755

A data que assinala o terramoto de Lisboa foi escolhida para marcar o início do intervalo cronológico que situa a temática em questão, em função do seu simbolismo. Isto é, da mesma forma que a independência dos Estados Unidos da América marca o início da utopia territorial da urbanização do novo país, a reconstrução de Lisboa após o terramoto marca um novo capítulo da história do urbanismo português (nomeadamente, no que respeita ao quadro legislativo das políticas territoriais).

Lisboa antes do terramoto era uma das maiores cidades europeias da época<sup>13</sup>. A sua localização geográfica tornava-a um ponto de passagem obrigatório a todos os que seguiam viagem para o *Novo Mundo*. Ainda que por causas diferentes, o efeito que o terramoto teve aos olhos do mundo, atingiu uma escala semelhante à ainda recente tragédia que se verificou nos Estados Unidos, no dia 11 de Setembro de 2001.

---

<sup>12</sup> Sobre este assunto ver (FERREIRA, 1991), (FRANÇA, 1983) e as Actas do Colóquio '*Pombal Revisitado*' (SANTOS, 1984).

<sup>13</sup> Lisboa era o 3º maior porto da Europa e a capital de um vasto Império comercial e colonial. D. José I cumpria o seu 5º ano de mandato e tinha como Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo.

*‘No momento em que se deu o 11 de Setembro, Susan Neiman, filósofa americana, escrevia o livro “Evil in the Modern Thought” (Princeton University Press, 2002). No prefácio conta que recebeu uma série de mensagens de amigos e colegas com a seguinte pergunta: “É isto outro terramoto de Lisboa?”.’<sup>14</sup>*

São muitas as comparações que vários autores têm ‘forjado’ para, de alguma forma, conseguirem transmitir o impacto do acontecimento. De facto, a história da cidade é contada antes e depois do terramoto. Passados 250 anos da fatídica data, vários especialistas das mais diversas áreas disciplinares (arquitectos, urbanistas, engenheiros, historiadores, sismólogos, filósofos, etc.), esboçam reconstituições, apuram as causas, analisam as consequências e projectam o acontecimento no futuro. Esta é uma matéria que está ‘em cima da mesa’ de trabalho destes especialistas. As comemorações do 250º aniversário do 1 de Novembro de 1775 originaram uma proliferação de obras científicas sobre o assunto, nas mais diversas áreas. Interessa aqui apenas salientar os trabalhos de Ana Cristina Araújo (2005) e da FLAD (2006), que permitem traçar uma breve síntese das opções urbanísticas que foram tomadas e que, de alguma forma, possam ter influenciado a maneira de pensar a cidade.

A cidade não foi vencida, muito pelo contrário, a esperança e a responsabilidade humanas foram fortalecidas pelo desejo de reconstrução da capital. A causa teve um efeito providencial para Sebastião José de Carvalho e Melo, que soube retirar partido da situação e transformar a tragédia em progresso científico. O sucesso do seu plano político deve muito à sua modernidade – traduzida na capacidade de assumir riscos, calcular efeitos, minimizar os prejuízos e multiplicar a capacidade de investimento, mobilizando mão-de-obra nacional e estrangeira. Era urgente combater os três males que mais vitimavam a população: a peste, a fome e os vadios que atacavam a vida e a propriedade alheias, de forma a criar condições para que se pudessem iniciar os trabalhos de reconstrução da cidade.

---

<sup>14</sup> Susana Moreira Marques, 1755: *Nem só Lisboa Tremeu*. Revista *Pública*, in Jornal ‘*Público*’, edição de 17 de Fevereiro de 2005.

As soluções encontradas saíram da Escola Portuguesa de Engenharia Militar<sup>15</sup>, através de nomes como Eugénio dos Santos (1711-1760), Carlos Mardel (1695-1763) e Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791), entre outros, sob a direcção de Manuel da Maia (1677-1768), Mestre-de-Campo General e Engenheiro-mor do Reino, cuja experiência dos casos recuperação urbanística de Londres<sup>16</sup> e Turim<sup>17</sup>, contribuíram para a sistematização e racionalização dos métodos de trabalho utilizados nos projectos apresentados. O resultado traduziu-se num complexo e abrangente debate urbanístico e arquitectónico, amplamente descrito e documentado, na sua '*Dissertação*'.

O trabalho de Manuel da Maia representa um '*complexo plano de obras de aterramento, de esgotos, de hygiene, de alinhamento de ruas e travessas nas partes da cidade a reconstruir ou a construir de novo, de construção de edifícios públicos, entre elles os Paços Reaes, a Biblioteca e as Alfandegas, e também particulares, nas devidas condições de segurança contra tremores de terra e isolamento do fogo; da forma dos predios, sem passagens cobertas para evitar attentados nocturnos; da salvaguarda dos terrenos destinados a servidões militares junto ás fortificações da cidade, e de tantos outros assuntos importantes (...)*' (AIRES, 1910: 24). Apresentada em três partes ao Duque de Lafões, então Regedor das Justiças, a *Dissertação* expunha as várias soluções possíveis para a recuperação urbanística da cidade: reconstruir a cidade tal qual ela fora; corrigir a cidade antiga, impondo novas regras de edificação; reconstruir os bairros da zona baixa com uma nova planificação; ou abandonar os escombros e projectar uma nova cidade, entre Alcântara e Pedrouços, aproveitando os terrenos que o Rei ali comprara. Manuel da Maia aponta, para cada uma, as vantagens e desvantagens, considerando aspectos económicos, de execução e de prevenção contra catástrofes futuras.

---

<sup>15</sup> Herdeira da tradição da '*Aula da Esfera*' (1635) e da '*Aula de Fortificação e Architectura Militar*' (1647) e dos tratados '*O Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*' (1680), de Luís Serrão Pimentel e '*O Engenheiro Português*' (1720), de Manoel Azevedo Fortes. Foi com base neste legado teórico, que a Escola de Engenharia Militar Portuguesa pretendeu introduzir as novas tecnologias, aplicadas em Portugal e no Brasil, onde se começou a implementar uma política de consolidação do território.

<sup>16</sup> Em 1666 a cidade de Londres é parcialmente devastada por um incêndio. Christopher Wren (1632-1723) foi o arquitecto responsável pelo plano de recuperação urbanística da cidade. Assente em conceitos utópicos, apenas uma parte do plano foi realizado. Manuel da Maia faz várias vezes referência à experiência de Londres, ao longo da sua *Dissertação*, especialmente na 3ª parte, ainda que nelas não tenha participado directamente, mas sobre as quais procurava manter-se informado.

<sup>17</sup> Em 1714, Vittorio Amedeo II nomeia Filippo Juvarra (1676-1736), 1º arquitecto da Real Casa, encarregando-o da renovação e ampliação urbana de Turim.



O documento é resultado de uma análise teórica sobre a cidade e ganha o carácter de memória descritiva, quase um caderno de encargos justificativo das propostas apresentadas, ilustradas com as respectivas plantas, mas sem a pretensão de se instituir como um regulamento urbanístico. Com características, por isso, bem diferentes do *Tratado da Ruação* de Figueiredo Seixas, como se pretende demonstrar na segunda parte deste trabalho. Num contexto nacional de fraca produção teórica, estes dois 'tratados' (a *Ruação* e a *Dissertação*) constituem duas excepções a este cenário.



## Revoluções e Doutrinas

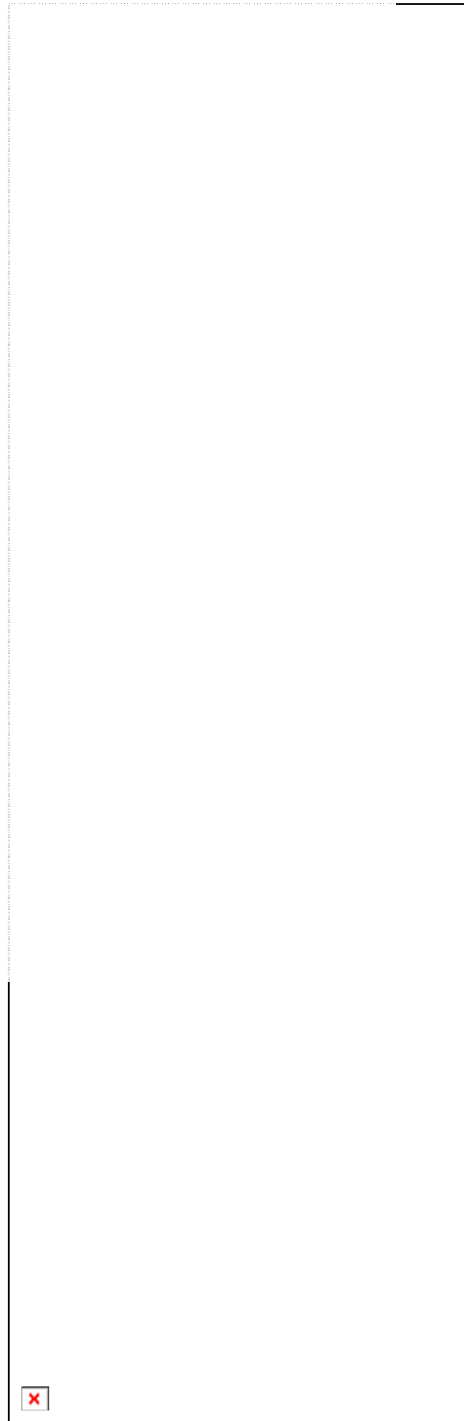


Tabela 01 \_ cronologia geral (anexo 04.01)

Mas, se o terramoto de 1755 foi um factor de desenvolvimento urbanístico inesperado (não providenciado), outros factores ‘fabricados’ influenciaram todo o quadro de mudança que afectou as mais diversas áreas do conhecimento científico, incluindo a arquitectura e o urbanismo.

O país atravessava um período em que havia necessidade de se fazer um levantamento geral do território por motivos de ordem militar e económica, e para se adaptar às teorias suportadas pelo fisiocratismo.<sup>18</sup>

Em 1755 é criada a Junta do Comércio, – organismo administrativo básico de todo o desenvolvimento que se processava na indústria, ordenando o comércio, intervindo na importação de produtos manufacturados e reprimindo o contrabando – e a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que desempenhavam as mesmas funções no norte do Brasil. Seguem-se a criação da Companhia Geral da Agricultura e das Vinhas do Alto Douro (1756); a Companhia Geral para o Comércio de Pernambuco e da Paraíba (1759); a Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve (1773); a Superintendência das Fábricas e Lanifícios; a fundação da primeira fábrica de refinação de açúcar e a reorganização da Real Fábrica das Sedas (1777).<sup>19</sup>

Mas não foi apenas nas áreas do comércio e da indústria que a reforma se fez sentir. A agricultura era igualmente importante para o fomento industrial (uma vez que era a principal fonte de matérias-primas), o seu desenvolvimento processou-se de forma mais lenta, face ao cariz tradicional e a renitência dos proprietários à modernização. Aliado a estes obstáculos encontrava-se o facto de a mão-de-obra não ser especializada. O governo tentou implementar medidas que renovassem as estruturas rurais, mas a sua realização estava dependente da concordância da mão-de-obra agrícola que, na sua maioria, se opunha a colaborar. Da mesma forma, fracassou a tentativa de parcelamento das terras, uma vez que os proprietários se recusavam vender as suas partes. Assim, a acção pombalina consistiu

---

18 As reformas da acção governativa do Marquês encontram-se bem documentadas, existindo uma grande variedade de obras sobre o assunto. O resumo aqui traçado constitui apenas um breve apontamento das medidas mais significativas que teve por base as seguinte bibliografia: DOMINGUES, Mário, *O Marquês de Pombal: o Homem e a sua época*, Lisboa, Romano Torres, 1955; GOMES, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*, 2ª edição, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989; MACEDO, Jorge Borges, *O Marquês de Pombal (1699 - 1782)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982 e SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal – O Homem, o Diplomata e o Estadista*, Lisboa, Edição Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal, 1982.

19 Ver *PORTUGAL no Século XVIII: De D. João V à Revolução Francesa*. Exposição organizada pela Biblioteca Nacional e pela Sociedade Portuguesa de estudos do Século XVIII. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

numa política de concentração de terras, fundamental para a agricultura abandonar a penosa situação em que se encontrava.

Em 1760, a reestruturação do exército reduziu o papel dos engenheiros militares nas questões do território, enquanto intervenientes praticamente exclusivos do desenho urbano. Estas alterações refletiram-se, de igual modo, no ensino da profissão, provocando a separação da engenharia militar da civil e definindo as diferenças entre engenheiros e arquitectos. Dito de outra forma, o ensino especializou-se e uma série de novas escolas e academias foram direccionadas para públicos específicos, como por exemplo: a Aula do Debuxo do Colégio dos Nobres (1766); a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790); a Real Escola Náutica do Porto (1762); a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão de Cartas Geográficas e Militares (1798), entre outras.

As alterações de maior visibilidade ocorreram na reforma do ensino, com vista à reestruturação científica e cultural liderada pela Academia Real de História (1720-1776) e pela Academia Real das Ciências (1779); na reforma literária, pela Arcádia Lusitânia (1756-1776) e a Nova Arcádia (1790-1794); e nas reformas políticas, económicas e sociais. Em 1761, o Marquês de Pombal redigiu os estatutos do Colégio Real dos Nobres com o objectivo de criar no país um sistema de ensino secular, que valorizasse as estruturas sociais e mentais do Reino. As obras que circulavam no reino eram examinadas pela Real Mesa Censória (1768), antes de poderem ser lidas sem ameaça de prejuízo para a sua política. Com todas estas medidas, o Marquês de Pombal confere um novo impulso ao ensino secundário e institui o ensino primário oficial, com o objectivo de facultar a todos os estratos populacionais o acesso à instrução – uma ideia verdadeiramente utópica para a época.

Defendendo uma política mercantil e proteccionista, o Marquês de Pombal aplicou todas estas medidas, com o objectivo de valorizar a produção nacional e de libertar o país da dependência económica relativamente à Inglaterra.<sup>20</sup> No entanto, a política externa defendida por Pombal respeitou a fidelidade para com a aliança britânica, apesar dos

---

<sup>20</sup> A aliança estabelecida com a Inglaterra trouxe muitos prejuízos a Portugal, mas também lhe salvaguardou as colónias e a independência que tantas nações cobiçavam.

esforços contrários da Espanha e da França<sup>21</sup>, tendo sempre em conta as suas vantagens bilaterais, já que ambas as nações poderiam usufruir dela.

De forma muito sucinta, é possível afirmar que as reformas pombalinas nivelaram todas as classes, leis e instituições ante o despotismo único do rei contribuindo para a preparação do terreno da revolução da igualdade social e o fim dos privilégios feudais. Por outro lado, *'reforçando a máquina repressiva estatal e rejeitando toda e qualquer interferência da Igreja, prepararam a rebelião contra a opressão laica'* (MARQUES, A. H. Oliveira 1972: 352).

Em todos os campos de acção das teorias iluministas, estiveram presentes conceitos de modernização, racionalização e experimentação, que facilmente entravam em choque ideológico com a tradição, desenrolando-se num processo que ficaria conhecido por *Querelle des Anciens et des Modernes – 'O século XVIII desenrolou-se entre a 'Querela dos antigos modernos' e os textos de Ledoux. Foi o século de Boffrand, Lodoli, Milizia, J. F. Blondel, C. Wren, B. Neumann, Laugier, Quatremère de Quincy, do barroco final, do rocóco, do neoclássico, da arquitectura visionária. Nenhuma outra época da história da cultura europeia se ocupou tanto da arquitectura. Nenhuma outra época da história da arquitectura foi tão importante do ponto de vista teórico'* (GOMES:1988, 80).<sup>22</sup>

Ainda que em Portugal se tenha verificado um défice de produção teórica, relativamente ao resto da Europa (como anteriormente se referiu), merecem especial destaque os trabalhos de Cyrillo Machado<sup>23</sup> (1748-1823), Carvalho Negreiros<sup>24</sup> (1751-1815), Matias

<sup>21</sup> O terramoto de 1755 impediu que o país participasse na guerra entre a Inglaterra e a Prússia, de um lado, e a Áustria, a França e a Rússia, do outro (1756). Três anos mais tarde, o embaixador francês, Conde de Merle, vem a Lisboa com a finalidade de assinar com Portugal um Tratado do Comércio e em 1762 – o 'Pacto da Família', com o objectivo de reunir os reis de Bourbon na mesma aliança contra o povo britânico. A França e Espanha pretendiam, assim, libertar Portugal da tutela inglesa e nesse mesmo ano declaram guerra à Inglaterra. Esta guerra consistiu, essencialmente, em destruir culturas, queimar mantimentos e casas e roubar gado. A paz foi estabelecida em 1763, com a assinatura do 'Tratado de Versailhes', que colocava Portugal e a Inglaterra de um lado e a Espanha e a França do outro.

<sup>22</sup>Sobre este assunto ver também (FICHET, 1979) e (RYKWERT, 1980).

<sup>23</sup> Pintor, memorialista, tratadista das artes e da arquitectura. Autor de obras como: *'Conversações sobre a Pintura, Escultura e Architectura'* (1794); *'Honras da Pintura de Bellori'* (1815); *'Nova Academia de Pintura'* (1817); *'O discurso sobre Architectura'*; *'Lições de Architectura'*; *'Tratado Incompleto de Architectura Civil'*. Ver (GOMES, 1992) e (MACHADO, 1823).

<sup>24</sup> Engenheiro militar (filho de Eugénio dos Santos), foi arquitecto da Câmara de Lisboa; Arquitecto-Geral dos Paços e do Senado da Câmara; 2º Arquitecto das Obras dos Paços Reais (1788); recebeu o hábito de S. Bento e de Avis (1795); responsável pelo *Curso de Architectura Civil* encomendado por D. João V; Arquitecto Geral do Paço e do Convento da Batalha (1804). Autor de obras como: *'Ensaio para um regulamento para o Real Corpo de Engenheiros Civis'*; *'Jornada pelo Tejo devida em doze dias, em cada hum dos quaes se tractão diversas materias concernentes à Architectura Civil e seus pertences...'* (1792), *'O Engenheiro Civil Português'* (1804) e *'Tratado de arquitectura, engenharia civil e militar'*. Ver (BARREIROS, 2004) e (GOMES, 1991 e 1994).

Aires<sup>25</sup> (1705-1763), Manuel da Maia (1677-1768), Machado Castro<sup>26</sup> (1731-1822), Costa e Silva (1754-1818), Fabri (1761-1807) e Figueiredo Seixas (17??-1773).

Até à data, o ensino da arquitectura estivera sempre associado à figura do engenheiro militar. Com a evolução da física, da matemática e da geometria, desenvolveram-se um conjunto de disciplinas complementares da arquitectura e passam a ser os práticos em topografia ou cartografia que, ao lado dos matemáticos e astrónomos, começaram a exhibir cada vez maior qualificação técnica para os trabalhos de urbanização. Esta especialização do trabalho do arquitecto está na origem da consequente perda de importância da arquitectura em relação à engenharia. Os engenheiros militares e civis reclamavam para si a vertente prática da arquitectura (a construção), ficando reservada aos arquitectos a teórica/social (leia-se estética). Começaram então a surgir nos meios académicos os debates sobre o conceito de belo, a questão do gosto e a separação inevitável da arquitectura da engenharia militar e civil.

Esta nova maneira de ver a arquitectura, encontrou um campo fértil na necessidade de criação de novos edifícios (que albergassem os novos programas seculares e civis) e no arranjo dos jardins, impulsionado pelo interesse pela natureza e estímulo dos efeitos do pitoresco. A interdependência do pensamento abstracto e dos requisitos práticos, ambos baseados directa e indirectamente nas condições sociais, surgiu um pouco por todo o lado, nas obras dos grandes urbanistas que exprimiam um elemento visionário ou utópico nos planos para o 'embelezamento' das cidades e o controlo regulado da sua expansão. O ênfase dado às questões sociais do período pré-revolucionário em França favoreceu esta mudança, que era mais visível nos planos do que nas realizações.

A teoria ía, assim, à frente da realização. Os planos produzidos constituíram o campo experimental fundamental para a sua evolução no futuro. De uma forma geral, serviram para

---

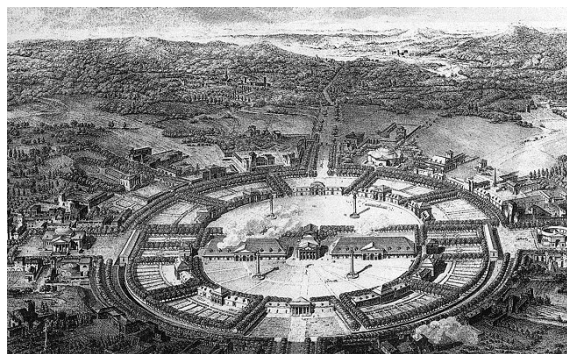
<sup>25</sup> Homem da cultura clássica, autor de obras como: *'Reflexões sobre A Vaidade dos homens, ou Discursos Moraes Sobre os efeitos da Vaidade'* (1752); *'Problema da arquitectura Civil'* (1777) – *'Problemas de Architectura civil a saber: Porque razão os edificios antigos, tinhão, e tem mais duração do que os modernos? E estes porque razão rezistem menos aos movimentos da terra quando treme'*. Ver (GOMES, 1998).

<sup>26</sup> Primeiro escultor português a escrever sobre a sua profissão – *'Carta que hum afeiçoado às artes do desenho escreveo a hum aluno de escultura'*, Lisboa, 1780; *'Analyse graphic'orthodoxa, e demonstrativa de que sem escrupulo do menor erro theologico, a esculptura e pintura podem, ao representar o sagrado mysterio da Encarnação, figurar vários anjos, etc.'*, Lisboa, 1805; *'Descripção analytica da execução da estatua equestre, erigida em Lisboa á gloria do senhor rei fidelíssimo D. José I, com algumas reflexões e notas instructivas, para os mancebos portuguezes applicados á escultura, etc.'*, Lisboa, 1810. Ver *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume IV, pp. 659 a 662.

conferir unidade e coesão a desenvolvimentos complexos e aparentemente contraditórios, que progrediram de um desejo de perfeição para uma nova acentuação da experiência e das realizações técnicas. Este clima de revolução era favorável ao desenvolvimento da utopia, presente nestes dois campos (urbanismo e arquitectura), representada por um conjunto de personagens também simbólicas como: o padre Lodoli (1690-1761), figura do racionalismo utópico; Giovanni Batista Piranesi (1720-1778), da utopia da antiguidade; Boullée (1728-1799) e Ledoux (1775-1779) ainda que muito diferentes um do outro, da teoria da utopia e da geometria da forma (BORSI, 1997: 39).

A obra de Ledoux merece um lugar de destaque por reunir os três registros da reflexão política de uma das doutrinas mais divulgadas da época, o fisiocratismo, sendo eles: a ordem natural, o reformismo e a utopia. A utopia de Ledoux chega mesmo a ganhar forma no plano para a cidade ideal das Salinas de Chaux, da qual o centro administrativo chegou a ser construído. A sua arquitectura era caracterizada pela inspiração e o simbolismo maçónicos.

A cidade ideal de Chaux (1774 – data do início da construção), em redor da Salina Real de Arc-et-Senans, no Jura, tem uma arquitectura que a estrutura e hierarquiza em função das actividades profissionais dos seus habitantes. O mesmo não acontece (como se demonstrará na segunda parte deste trabalho) no modelo de cidade proposto por Figueiredo Seixas, ainda que ambos sejam caracterizados por uma visão totalitarista do espaço e com o mesmo grau de utopia.



**Vista do conjunto da cidade de Chaux**

*'L'Architecture considérée sous le rapport de l'art, des moeurs et de la législation'*

Paris 1804

Ch. 15 Gravura sobre cobre

Um simbolismo idêntico esteve também presente no plano de Pierre L'Enfant (1791), para a capital dos Estados Unidos. Marcello Fagiolo (1997 e 2006) descodifica o plano de Washington D. C. à luz da simbologia maçónica desde as suas origens, começando logo pela própria escolha do sítio e a sua implantação: num quadrado com 10 milhas de lado



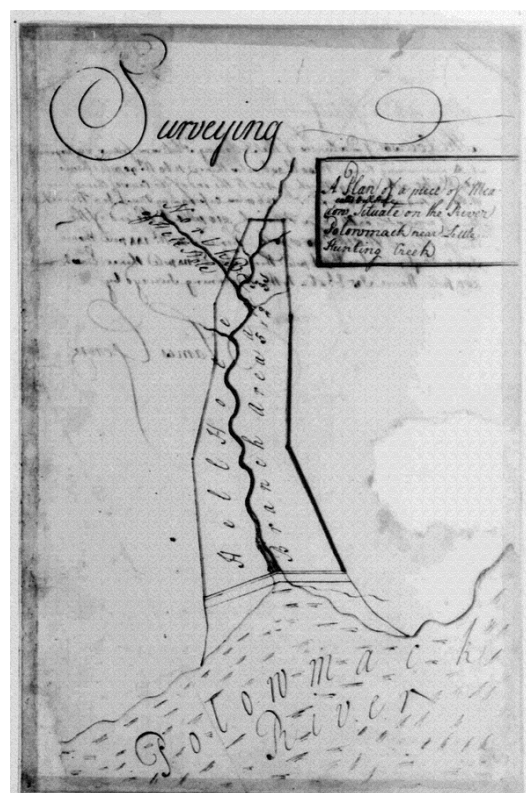
(soma dos primeiros quatro números, que representa a totalidade e a lei divina – decálogo – segundo a mística *tetraktys* pitagórica).

O envolvimento de George Washington no plano da capital contribuiu para o ritual de marcação sagrada do território, um pouco à semelhança dos rituais romanos: *castrametatio* e *centuriatio*<sup>27</sup>. Um novo meridiano zero foi traçado no local onde se situaria o Capitólio e a partir do qual se efectuou todo o levantamento da nova capital. As geratrizes do plano urbanístico de L'Enfant utilizam uma geometria que ilustra a imagem viva da nação e do mundo maçónico. O plano é desenhado à semelhança de um mapa astrológico de uma constelação de 15 estrelas (as 15 praças), que também entraram na composição da bandeira nacional e do *Great Seal*.

George Washington (1732-1799), 1º Presidente dos EUA, para além de ter sido maçom (ARNAULT, 1996) possuía vastos conhecimentos na área da topografia, facultados pela sua experiência no levantamento do território enquanto assistente de Lord Fairfax<sup>28</sup> (1692-1781) e do agrimensor John West em 1747.

Entre 1747 e 1799, levantou mais de 200 parcelas de terra. Nos seus cadernos escolares é possível encontrar apontamentos de geometria, astrologia e topografia.

Em 1932, o *George Washington Bicentennial Committee*, publica '*George Washington Atlas*', uma compilação dos seus levantamentos topográficos.



George Washington Papers at the Library of Congress, 1741-1799: Series 1a

George Washington, *School Copy Book*: Volume 2, 1745, p.66

<sup>27</sup> Sistema de divisão de solo romano que consistia em dividir o território agrícola em centúrias – quadrados de 710 m de lado, atravessados por dois eixos ortogonais: o *cardus* e o *decumanus*.

Geometria	Simbologia maçónica
Xadrez urbano	Pavimento em mosaico
Estradas diagonais	Figuras do esquadro e do compasso Olho divino irradiante
Praças em forma de estrela	Sete estrelas do avental que representam os diversos estados que confluem na capital
15 Avenidas diagonais	Estados
Estradas norte-sul	Rede simbólica dos estados e das relações entre eles
<i>Mall</i> ou <i>Grand Avenue</i>	Foro imperial
Monumento – obelisco a Washington	Farol
Capitólio	Evocação a Roma

Quadro 01 \_ relação entre o traçado urbano do plano de L'Enfant e os elementos da simbologia maçónica

Ainda hoje é possível verificar na nota de 1 dolar, na estampa da frente do *Great Seal* dos EUA a livre constelação de 13 estrelas colocadas por cima da águia norte-americana, proposta por William Barton em 1782, com base no esquema do hexagrama – selo de Salomão. No verso do *Great Seal*, a pirâmide dos 13 estados, tem sobre si o olho divino dentro do Delta irradiante (símbolos igualmente maçónicos).



Nota de 1 dolar, com o *Great Seal*, dos Estados Unidos da América

A associação da maçonaria às revoluções transmitia a imagem de uma organização poderosa e omnipresente nos órgãos do Estado e da administração, exercendo a sua influência política e social (ainda que de forma indirecta) sobre os indivíduos e não nos organismos (MARQUES, A. H. Oliveira 1998: 23). Muitas vezes acusada de conspirar contra a Igreja e o Reino, foi alvo de grandes perseguições por parte da Inquisição e da Polícia.

Era nas assembleias e reuniões das lojas maçónicas que se discutiam temas como o sufrágio universal, a independência dos Estados Unidos da América, o movimento dos enciclopedistas e os ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

<sup>28</sup> Thomas Fairfax, 6º Lord Fairfax of Cameron, responsável pela inspecção e protecção das terras na Virgínia.

Estas reuniões funcionavam como pólos de difusão cultural e combate à ignorância, prestando um contributo fundamental na luta contra o analfabetismo e no fomento de toda e qualquer actividade cultural (muitos dos seus representantes apoiaram e contribuíram para as reformas do ensino)<sup>29</sup>. Assim, logo em finais do século XVIII, antes até da criação do primeiro Grande Oriente Português (1867), surgiu uma instituição de grande projecção cultural (ainda hoje existente), cujo espírito, fundação e orientação nos primeiros anos, se deveram à maçonaria: a Academia das Ciências de Lisboa, criada pelo Duque de Lafões, Correia da Serra e Domingos Vandelli, em 1779 (assunto que se tratará mais à frente, no capítulo destinado a Correia da Serra).

---

<sup>29</sup> Sobre a actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa ver (CARVALHO, 1981). Para um estudo mais aprofundado sobre a maçonaria em Portugal, no período em questão, ver (ARNAULT, 1996 e 1999), (DIAS, Graça Silva 1980) e (MARQUES, A. H. Oliveira 1990 e 1998).



### Políticas territoriais – revolução e reforma

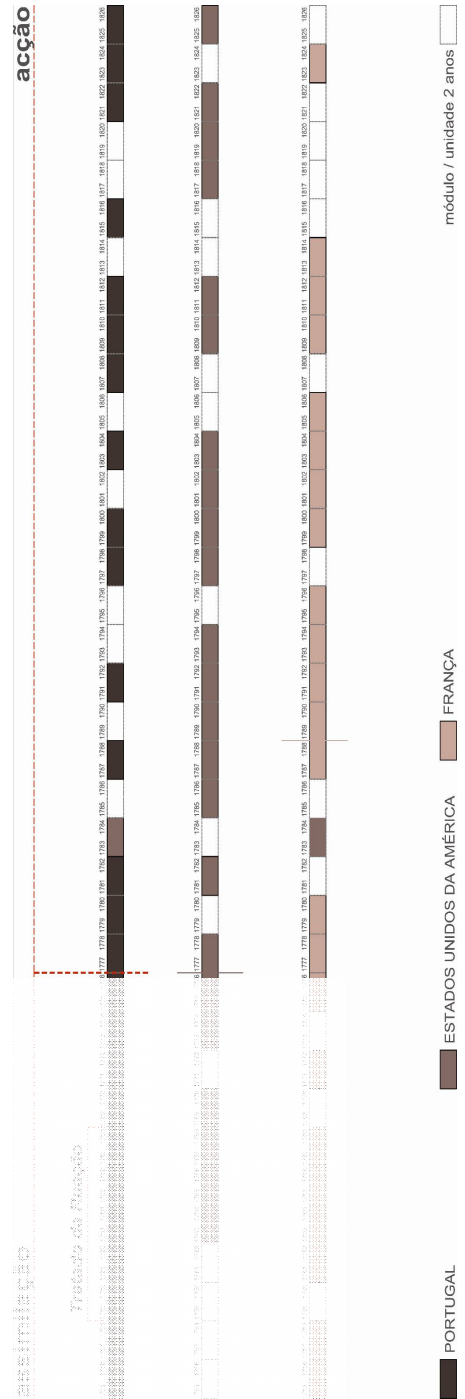


Tabela 02 \_ cronologia geral (anexo 04.01)

A sociedade europeia olhava com maior curiosidade para a construção de uma nação no novo mundo americano. Via-se com enorme interesse e optimismo a vida do 'bom selvagem'<sup>30</sup>, um interesse verdadeiramente científico pela 'história natural' do continente americano e pelos seus aspectos exóticos, num ambiente em que os conceitos iluministas começavam a dar lugar aos conceitos da ciência positivista e objectiva do séc. XIX.<sup>31</sup>

A Revolução Americana coincidiu com o fim do Antigo Regime na Europa, desenvolvendo-se através de um processo que criou graves problemas ao governo de Lisboa. Por ocupar uma posição de destaque em relação aos restantes países da Europa, Portugal tinha de adoptar por uma política coerente com o seu estatuto de potência colonial e, ao mesmo tempo, preservar as tradicionais e importantes relações com a Grã-Bretanha, a França e a Espanha, que lutavam entre si contra a emancipação americana. O receio de pôr em causa os privilégios das alianças, levou Portugal a optar por uma posição de neutralidade mantendo-se, no entanto, atento aos desenvolvimentos das rebeliões Americanas prevendo, assim, aquilo que viria a acontecer alguns anos depois no Brasil.

Regra geral, as adversidades foram ultrapassadas com sucesso e Portugal conseguiu manter boas relações com os Estados Unidos, sem prejudicar a aliança que mantinha com a Grã-Bretanha. Estas relações eram travadas entre ministros plenipotenciários dos vários países, missão que foi incumbida a Correia da Serra, no período de 1816-1820 e cuja contribuição para o prestígio, o avanço tecnológico e a abertura a novos mercados para o país, foi fundamental, através do convívio com Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, Jonh Adams e muitas outras personalidades, ministros de outros países da Europa, em representação nos EUA.<sup>32</sup>

Mas nem sempre foi possível manter um clima de estabilidade. Na sequência dos problemas suscitados pela Revolução Francesa e das guerras peninsulares, o país foi invadido pelo exército napoleónico. As Invasões Francesas decorreram no período de 1807 a 1811, deixando o país em situação de miséria nas mais diversas áreas de actividade.

---

<sup>30</sup> A figura do 'bom selvagem' contrastava com o homem civilizado e com a sociedade civil. Esta formulação atribuída por Jean – Jacques Rousseau (1712-1778), contribuiu para o alargamento da antropologia às sociedades indígenas. Filósofo francês, escritor, teórico, político e compositor musical autodidata, Rousseau foi uma das principais inspirações ideológicas da segunda parte da Revolução Francesa, na defesa dos princípios de soberania popular e na igualdade dos direitos. Autor de obras como *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* (1755) e *Contracto Social* (publicado em 1762), entre outros.

<sup>31</sup> *Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes: Catálogo da Exposição* (1997), p. 10.

<sup>32</sup> Assunto desenvolvido no capítulo 02 desta Parte I.

Em 1820, instala-se o regime liberal, através de um complicado processo que implicou um período de guerra, o desembarque de D. Pedro e o cerco do Porto, bem como o movimento de reação conhecido por 'miguelismo' (1826-1828). As mudanças e inovações introduzidas pelo liberalismo, já tinham sido testadas na França após a Revolução e, ainda antes, na América do Norte. As novidades que o processo transportava consistiam, essencialmente, na adopção duma constituição, o cerceamento e a partilha do poder, a prevalência do sistema parlamentar bi-camarário e do critério censitário na composição do corpo eleitoral. A Constituição definia a organização dos poderes e as suas relações. A par desta organização dos poderes, o liberalismo instaurou as principais liberdades públicas, tais como a liberdade de pensamento e de imprensa.

As revoluções descritas no capítulo anterior compõem o pano de fundo que animou as reformas políticas e urbanísticas envergadas pelo governo de Pombal. Isto é, a cada alteração de um sector do governo é possível fazer corresponder uma actuação específica no território em questão, nomeadamente: Lisboa (comércio); Bairro das Águas Livres (indústria), Porto dos Almadas (agricultura); Vila Real de Santo António (pescas) e Coimbra (ensino)<sup>33</sup> (ROSSA (1995), 2002: 333). Todas estas intervenções, cada uma à sua maneira, traduzem o espírito da cidade ideal do iluminismo, onde os poderes tradicionais associados à nova ordem económica se reflectem no plano, geralmente caracterizado por temas como a linearidade, o uso do quadrado como base da composição geométrica e a utopia.

Mas foi no Brasil que as reformas territoriais pombalinas<sup>34</sup> encontraram o campo experimental ideal, para a aplicação das políticas iluministas. Aqui, o legado teórico das cidades ideais europeias, que favoreciam os sistemas fechados, era constantemente confrontado com a realidade de um vasto e diversificado território, propício ao desenvolvimento de soluções híbridas e flexíveis que confrontavam a rigidez teórica do 'modelo'. Esta forma de abordagem do território, associada a princípios de linearidade, uniformidade e programa, regulados por um conjunto de normas urbanísticas, descodifica a

---

<sup>33</sup> Alguns aspectos destas intervenções são considerados na Parte II da presente dissertação, nomeadamente o Porto dos Almadas (para um enquadramento histórico do tratado de Seixas), VRSA e Lisboa (cujos planos são sobrepostos pelos modelos de Seixas).

<sup>34</sup> Entre as quais: a mudança da capital para o Rio de Janeiro, o ordenamento da Baixa de Salvador; a criação da Companhia de Pernambuco e Paraíba e os surtos urbanizadores do Sul e do Mato Grosso.

forma de pensar o território que está presente no *Tratado da Ruação*, reforçando a ideia de que este se aproxima mais de um regulamento do que de um tratado.<sup>35</sup>

A acção pombalina no Brasil, designadamente no Mato Grosso e na Amazónia<sup>36</sup> simboliza o corolário do quadro que se tem vindo a descrever. As experiências desenvolvidas neste contexto pressupunham um entendimento do trabalho urbanizador da região num conjunto de unidades políticas, ao qual podia estar (ou não) subjacente um programa concreto e definido, mas onde havia sempre uma estratégia precisa, caracterizada pela unidade de desenho e de projecto das vilas construídas, sob a orientação dos engenheiros militares – ‘a Amazónia estava reconhecida, medida, desenhada, planeada, urbanizada e dotada de estruturas institucionais’ (ROSSA (1995), 2002: 293).

A escola de urbanismo portuguesa actualizou-se de forma gradual e contínua, graças à metodologia de suporte adoptada, que consistia na evolução da prática adquirida. Os princípios de regulação e uniformização aplicados ao urbanismo colonial, que provinham da tradição das cartas régias de D. João V, foram adaptados às teorias iluministas introduzindo uma carga simbólica conferida aos espaços públicos e à leitura da cidade em geral (a cidade projectada – ideal), com o objectivo de afirmar o poder sobre o espaço. Desta forma é reforçada a importância do projecto e da legislação urbana.

A novidade desta ‘reforma urbanística’ consistia na introdução do conceito de rede de núcleos urbanos interligados entre si, como forma de domínio e controlo do espaço. Na prática, isto traduz-se numa mudança de escala que extravasa os limites da cidade e passando a considerar-se todo o território.

As missões demarcatórias forneciam o suporte cartográfico dos Tratados de Limites relativos às terras da América, celebrados entre Portugal e a Espanha.<sup>37</sup> Os mapas produzidos eram acompanhados de descrições da paisagem e da configuração das vilas, bem como das suas actividades. Estes documentos indicavam a formação da rede urbana em função das principais vias de circulação, de comércio ou de defesa. O planeamento era, assim, mais escrito que desenhado e as normas urbanísticas que acompanhavam as plantas das povoações eram suficientemente flexíveis para se poderem aplicar a diferentes

---

<sup>35</sup> Assunto que constitui a discussão central da Parte II do estudo aqui desenvolvido.

<sup>36</sup> Sobre estes dois territórios ver, respectivamente, as teses de doutoramento (ARAÚJO, Renata 2000) e mestrado (ARAÚJO, Renata 1992).

<sup>37</sup> Tratado de Madrid (1750) e Tratado de Santo Ildefonso (1777).



situações (FLEXOR, 2003). Mais do que criar as condições para o cumprimento dos tratados de limites, os engenheiros militares envolvidos nestas expedições cartográficas, prestaram o seu contributo à reforma do planeamento urbano, pela multidisciplinaridade de competências que lhes eram atribuídas ao longo do processo (sendo muitas vezes chamados a participar directamente no supervisionamento do traçado e manutenção das ruas e praças, esgotos e abastecimento de água, edifícios civis e religiosos).

A unidade morfológica constitui um dos princípios base do plano, que deveria conter as regras de crescimento futuro da cidade, através da extensão da malha inicial, adaptadas às características morfológicas do núcleo original. No entanto, na maior parte dos casos, as regras de crescimento pré-definidas eram subvertidas em função do primeiro modelo. A racionalização do traçado cumpria, assim, a função de ordenar a forma tradicional (leia-se vernacular) de fazer a cidade (TOLEDO, 2000).

Em suma, e de forma muito abreviada, é possível afirmar que a principal evolução verificada ao nível do urbanismo, no século XVIII, consiste numa nova abordagem do planeamento urbano que devia presidir à organização global da cidade, bem como a noção de regularidade – urbanística e arquitectónica – subjacente a qualquer intervenção, de modo a contribuir para o embelezamento da cidade. Este processo desenvolve-se sem entrar em rotura com o passado, mantendo uma continuidade formal no âmbito da teoria da arquitectura. A novidade reside, então, na abordagem funcional, associada à ideia de modernização da cidade em função do progresso (nomeadamente nas questões de mobilidade, associada aos meios de transporte), agora aplicados a todas as classes sociais e não apenas às mais privilegiadas. Uma visão estática do mundo é substituída por uma visão dinâmica, o finito é substituído pelo infinito, provocando a abertura das cidades pela abolição dos seus limites, bem como o alastramento dos seus subúrbios.

Os novos planos deixam de perseguir a regularidade dos modelos da tratadística, apenas em função da racionalidade do desenho, e passam a integrar um programa real, os meios e a ideologia do poder.



## 02. Correia da Serra (1750 – 1823)

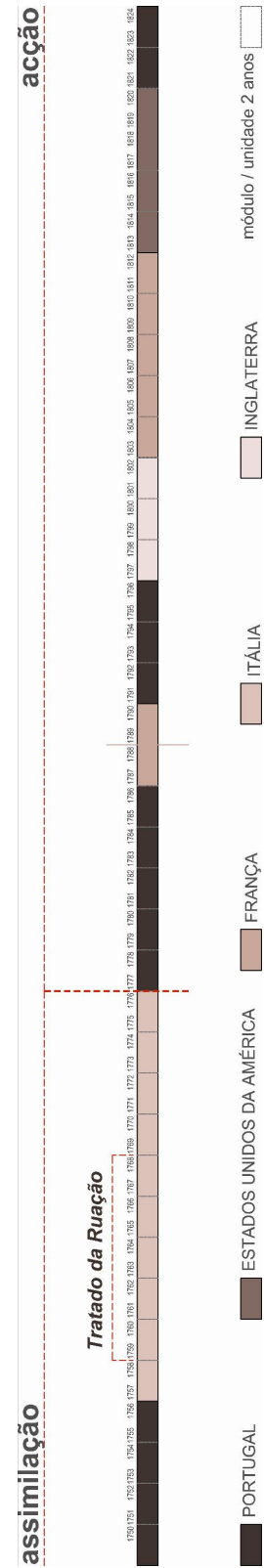


Tabela 03 \_ linha cronológica da vida de Correia da Serra (anexo 04.02)

*(...) homem comprometido com o seu tempo, estrangeirado, ligado às ideias liberais e maçónicas, criticou profundamente a situação estagnada da cultura portuguesa e procurou contribuir, de forma activa, para a integração de Portugal no novo contexto científico e intelectual europeu.* <sup>38</sup>

A informação disponível sobre a vida e obra de Correia da Serra é vasta e bem documentada, contando com o contributo fundamental dos seus manuscritos nos arquivos da Academia das Ciências de Lisboa e dos vários artigos que publicou para as várias academias, sociedades e universidades das quais foi membro e onde leccionou. Para além dos seus documentos, são fundamentais os trabalhos de investigação de Léon Bourdon (1975), Michel Teague (1997), Ana Simões, Ana Carneiro e Maria Paula Diogo (2003), entre outros. O trabalho de Bourdon reúne uma vasta colecção de cartas que fizeram parte da correspondência de Correia da Serra no seu período de permanência em Washington (1816 - 20), como embaixador do Reino Unido de Portugal e Brasil. Teague traça-nos o seu perfil/currículo desde o ano em que nasceu (1750) até à data da sua morte (1823).

Em 1975, foram descobertos os documentos de Correia da Serra (cartas, elogios, notas de estudante, etc.) na casa do Duque de Lafões que, em 1995, foram comprados pela Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento, estimando que faltam cerca de 60 documentos, alguns já localizados (algumas das cartas são as que estão publicadas por Bourdon).

Fundamental é ainda o catálogo da exposição 'Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes', promovida pela FLAD, num estudo em que se demonstra o impacto da independência dos EUA na política externa de Portugal, no fim do séc. XVIII e a forma como se deram as relações diplomáticas entre os dois estados, nomeadamente através do cargo ocupado por Correia da Serra, enquanto Ministro Plenipotenciário de Portugal em Washington.<sup>39</sup>

Apesar destas importantes contribuições para o estudo do personagem, existe ainda muito material fora do país, espalhado pelas instituições nas quais Correia da Serra foi

---

<sup>38</sup> ITINERÁRIOS histórico-naturais: José Correia da Serra, Porto, 2003, p.6.

<sup>39</sup> RELAÇÕES entre Portugal e os Estados Unidos da América na Época das Luzes: Catálogo da Exposição, Lisboa, Torre do Tombo / Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento, 1997.

membro e leccionou, especialmente em Filadélfia e Washington. É com base nesta bibliografia de suporte que em seguida se traça, em linhas gerais, o percurso da sua vida.

Filho do Dr. Luís Dias Corrêa e de D. Francisca Paula Luiza de Leon, neto de Manuel Rodrigues Serra Porto (avô paterno), José Francisco Correia da Serra nasce em Serpa, a 5 de Junho de 1750, tendo sido baptizado na Igreja de Santa Maria a 17 de Junho de 1751.

Os seus pais tiveram 12 filhos em 14 anos de casados, apenas tendo sobrevivido 5: José Francisco, Joaquim, Manuel, Anna e Maria.



**J. F. Correa da Serra**

Charles Legrand, Lisboa? 1841

Litografia 17,5 x 17,5 cm

Biblioteca Nacional

A direcção que seguiu a sua formação académica foi em muito influenciada pela experiência do Duque de Lafões<sup>40</sup> (1719 - 1806), amigo íntimo da família, que estava a par das oportunidades materiais e profissionais que a ligação à igreja podia proporcionar a Correia da Serra. Assim, a sua relação com à Igreja foi um meio que encontrou para atingir um fim, mais do que devido a qualquer crença ou vocação comprovada.

A ida da família para a Itália permanece por explicar. Teague avança com a hipótese de terem sido perseguidos pela Inquisição, à semelhança do que aconteceu ao Duque de Lafões, vendo-se por isso obrigados a deixar o país, tendo apenas regressado após a queda do governo de Pombal. Em Nápoles, foi discípulo de António Genovesi<sup>41</sup> (1713-1769) e Ludovico António Muratori<sup>42</sup> (1672-1750).

<sup>40</sup> D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva, 2.º duque de Lafões. Militar – Marechal General. Fundador da Academia Real das Ciências. Estudou humanidades e filosofia, seguindo depois na Universidade de Coimbra o curso de Direito Canónico. Membro da Sociedade Real de Londres. Voluntário na guerra dos Sete Anos, defendendo a bandeira austríaca. Visitou a Suíça, a Itália e França, a Grécia europeia, o Egipto, a Trácia, a Frigia, a Lídia, a Tessália e a Mesopotâmia. Mais tarde esteve na Prússia, Polónia, Suécia, Dinamarca e Lapónia. Ver *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume IV, pp. 23 a 26.

<sup>41</sup> Professor de Correia da Serra na Universidade de Nápoles onde leccionava a cadeira de metafísica; autor de *Lezzione di commercio* (1778); *Meditazioni filosofiche sulla religione e sulla morale* (1758); *Lógica* (1766); *Scienze metafisiche* (1766).

<sup>42</sup> Formado em filosofia e direito canónico; foi bibliotecário em Milão, onde foi ordenado padre. É considerado o fundador da historiografia moderna sob uma base científica e documental. Autor de *Rerum italicarum scriptores*, (1723-1751); *Antiquitates*

Mais tarde, continua os estudos na Universidade da *Sapienza* em Roma, onde se graduou em Teologia, revelando também um forte interesse pela História Natural, em especial a Botânica. Aos 20 anos já se correspondia com Carl von Linné (1707-1778), ou Lineu, o fundador do sistema de classificação das plantas e com vários dos principais especialistas neste domínio, incluindo António Turra<sup>43</sup> (1736-1797). Em Abril de 1772, ainda em Roma, apresentou-se como aluno de Medicina do Collegio Leodiense, e nesse mesmo ano é ordenado padre. Dois anos mais tarde, faz uma excursão pela costa da Ligúria, da qual produz um diário de 50 páginas, que faz parte do espólio da colecção da FLAD. Nele encontram-se descrições de informação de carácter botânico e geológico mas também da riqueza arquitectónica de determinadas cidades, estilo de vida, etc.

Foi na Itália que adquiriu o bom domínio das línguas correntes na época e outras como o grego e o árabe. Também se interessou por Direito, apresentando o tema da dissertação da graduação em Direito Canónico: *La Filosofia della successione o sia Discorso Filosofico sulla natura e gli effecti della successione dei beni, per Giuseppe Francisco Serra Correa.* Continuou por mais dois anos os estudos avançados de Direito Civil e Canónico antes de voltar para Portugal, em 1777, para desempenhar a função de preceptor dos príncipes.

No regresso, ficou alojado na Quinta dos Alfinetes, no Palácio do Grilo, residência do Duque de Lafões em Lisboa. Foi nesta altura que começaram a desenvolver o projecto da fundação da Academia Real das Ciências em Lisboa (1779), meio para atingir um objectivo maior: o da reforma da educação, desenvolvendo a investigação e encorajando a actividade literária. Terá sido nesta altura que foi encarregado de fornecer a notícia sobre Lisboa encomendada por Robert Vaugondy (1723-1786), responsável pela parte geográfica da Enciclopédia Metódica, à recém criada Academia das Ciências de Lisboa.

O seu artigo, '*Notice sur Lisbonne*' (PETIT, 1974/1975: 93 a 120)<sup>44</sup>, apesar de não ter chegado a ser publicado fornece, 25 anos após o terramoto, uma descrição da cidade com

---

*italicae medii aevi*, (1743); *Novus thesaurus veterum inscriptionum*, (1738-1742); *Annali d'Italia*, (1744-1749); *Vita e rime di C.M. Maggi*, (1700); *I primi disegni della repubblica letteraria*, (1703); *Della perfetta poesia*, (1706); *Riflessioni sopra il buon gusto nelle scienze e nelle arti*, (1708); *Osservazioni alle Rime del Petrarca*, (1712); *Della pubblica felicità oggetto de' buoni principi*, (1749).

<sup>43</sup> Médico e Botânico; Secretário da Academia da Agricultura e membro de diversas academias italianas e estrangeiras. Autor de *Catalogus plantarum horti Cornelianii methodo sexuali dispositus anno MDCCCLXXI, Atque ab Antonio Turra elaboratus; De' modi di procurare la moltiplicazione de' bestiami* (1776). Secretário da Academia da Agricultura e membro de diversas academias italianas e estrangeiras.

<sup>44</sup> Anexo 01.01 da presente dissertação.

algumas considerações pessoais sobre o que fora e o que poderia ter sido a sua reconstrução. As suas considerações ao traçado regular e grandiosidade dos edifícios são um elogio ao programa ilustrado do plano de Lisboa e provam, uma vez mais, o seu conhecimento e envolvimento nas matérias do urbanismo e da arquitectura. A descrição que faz da 'Nova Lisboa' elogia a regularidade e grandiosidade das construções: a dimensão das praças e ruas; o seu traçado geométrico e a qualidade das construções. Mais do que uma simples descrição / inventário das transformações ocorridas na cidade em função dos danos provocados pelo terramoto, Correia da Serra faz uma crítica à cidade. É a sua leitura pessoal das intervenções arquitectónicas e urbanísticas, com base nas cidades que conhecia da Itália e da antiga Grécia, às quais faz referência ao longo do texto.

Correia da Serra crítica a 'arte das calçadas', por se encontrar numa fase ainda muito precária (apesar da qualidade dos materiais empregues), uma vez que maior parte das ruas da capital e arredores se encontravam em muito mau estado. Também em relação às intervenções nas igrejas, afirma que a reconstrução favoreceu a limpeza e iluminação das antigas igrejas, mas a sua estrutura não tem a imponência e a qualidade das antigas. Elogia o Mosteiro dos Jerónimos e o génio do seu criador (Luís de Castilho), que poderia ter sido um Palladio, se influenciado pelas 'mais bonitas formas da Grécia'. O aqueduto é igualmente referido, pela sua beleza e extensão. Em relação à arquitectura das casas, ressalta a sua uniformidade, mas denuncia a sua inferior qualidade, uma vez que a nobreza, traumatizada pelo tremor de terra, não investiu na habitação no centro da cidade. A forma das novas casas contribuía para facilitar a vida dos seus moradores e favorecia a uniformidade social.

No geral, conclui que o tremor de terra contribuiu para tornar os arredores de Lisboa e a cidade mais agradáveis e elogia a capacidade que o governo teve de (através de um corpo de polícia eficaz) salvaguardar a segurança: as ruas foram iluminadas e patrulhadas nos bairros; abriram-se asilos e empregaram-se os pobres, contiveram-se os vagabundos e criaram-se escolas para as crianças.

Entre as considerações que faz sobre as relações da cidade com a sua arquitectura, a notícia sobre Lisboa constata, ainda, o atraso no desenvolvimento das artes e reforça o papel da Academia das Ciências de Lisboa no processo de modernização do país. Com a morte de D. José I (r. 1750-1777) e a perda de poder do Marquês de Pombal, verificam-se fortes mudanças na política nacional que reforçaram o ideal das luzes. A Filosofia Iluminista

é colocada em prática através da Academia das Ciências, cuja missão consistia em ‘empurrar’ Portugal para o conjunto das nações que faziam o progresso.

As academias eram congregações do saber que reuniam os homens capazes de solucionar os problemas das nações, nos âmbitos científicos e técnico, sendo muitas vezes solicitados pelos Governos que lhes pediam conselhos, sugestões e pareceres<sup>45</sup>. Na falta de organismos específicos, recorria-se às academias para que estudassem os solos, as floras e as faunas, os fenómenos meteorológicos, as questões económicas e tudo quanto tivesse interesse imediato para a prosperidade da nação. Desta forma, as academias assumiam um papel fundamental numa sociedade que se pretendia progressiva e dinâmica.

Os estudos e trabalhos das Academias eram muitas vezes publicados sob o título de *Memórias*, algumas das quais resultavam em compêndios de apoio às aulas que muitos destes homens leccionavam. Muitos dos sócios correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa eram professores da Universidade de Coimbra (Correia da Serra chegou a dar aulas na Universidade de Virgínia e de Filadélfia). A par das publicações da Academia, estava toda uma campanha de divulgação dos trabalhos, sessões públicas, exposições, etc., das suas actividades, nos periódicos da época. Esta é uma realidade que se pode constatar nos avisos publicados na ‘*Gazeta de Lisboa*’.

Para além das publicações, a Academia das Ciências de Lisboa fazia demonstrações públicas, dava aulas, tinha laboratórios de física e química equipados com material muito avançado para a época, em relação ao resto da Europa<sup>46</sup>. Em 1797, a Academia ofereceu à Academia da Fortificação, Artilharia e Desenho, o uso da sua Livraria, dos Gabinetes de História Natural e de Física e do Laboratório Químico.

O planeamento da Academia foi em grande medida um empreendimento conjunto, que contou com a preciosa assistência de homens ilustres como Domenico Vandelli<sup>47</sup> (1735-

---

<sup>45</sup> A academia estava a par das actividades desenvolvidas pelos engenheiros militares. Em 1761, o Sargento – Mor de Infantaria Francisco Xavier do Rego e os seus ajudantes, o Tenente Adão Wenceelao Hetsk e Francisco Pinheiro da Cunha, são encarregados da demarcação das quatro léguas exclusivas do distrito concedido à Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em torno da cidade do Porto. O resultado dessa demarcação foi entregue à Academia Real das Ciências de Lisboa (manuscrito da coleção Trigo, tomo 16, p.116).

<sup>46</sup> Grande parte desse material / equipamento era adquirido por sócios correspondentes.

<sup>47</sup> Professor na Universidade de Pádua e Doutor em Medicina. Formou-se em Filosofia pela Universidade de Pádua e foi convidado pelo Marquês de Pombal (1699-1782), no âmbito da reforma da Universidade de Coimbra, para vir para Portugal ocupar um lugar na Faculdade de Filosofia. Terá chegado a Portugal por volta de 1765. Na Faculdade de Filosofia foi nomeado lente de Química e de História Natural. Ficou também responsável pela selecção do local da implantação do Jardim Botânico, do estabelecimento do Laboratório Químico e do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra. Em 1787 foi viver



1816), da Universidade de Coimbra e Luís António Verney<sup>48</sup> (1713-1792), que tinha sido professor de Correia da Serra em Itália. É geralmente aceite que os estatutos da Academia foram delineados por Correia da Serra (TEAGUE, 1997: 51), sendo este o responsável por todas as comunicações relativas à promoção da agricultura. A correspondência relativa à fundação da Academia está no seu arquivo e consta de uma colecção de cartas suas a Domingos Vandelli, sobre os estatutos, instalações e membros convidados.<sup>49</sup>

Pina Manique (1733-1805), intendente-geral de D. Maria I (r. 1777-1816), vê na actividade da Academia das Ciências e dos seus membros, a revolta maçónica e liberal. Correia da Serra defendia publicamente ideais liberais e escondeu nas instalações da Academia, o médico e mação, Pierre Broussonet (1761-1807). O ambiente de suspeita que recaiu sobre si obrigou-o a deixar o país, indo refugiar-se em Londres.

Com a subida do Duque de Lafões ao lugar de Ministro Assistente ao Despacho, em 1801, Correia da Serra é nomeado Conselheiro e Agente de Compras da Delegação Portuguesa em Londres, mas uma vez mais, os ideias que defendia trouxeram-lhe dissabores com o embaixador D. Lourenço de Lima<sup>50</sup> (1767-1839), que o obrigaram a demitir-se de funções em 1802 e partir para Paris onde permaneceu 10 anos (FERNANDES, 1973: 87). No entanto, o curto período em que permaceu em Londres foi muito enriquecedor para a sua vida académica, uma vez que foi lá que voltou ao mundo da investigação científica e foi eleito membro da Royal Society e da Sociedade Linneana.

Em Paris travou amizade com Lafayette<sup>51</sup> (1757-1834), Alexander Von Humboldt<sup>52</sup> (1769-1859) e Samuel du Pont de Nemours<sup>53</sup> (1739-1817), no *Intitut de France* (1805-08) e

---

para Lisboa, onde se tornou o primeiro director do Jardim Botânico da Ajuda, sendo nomeado Deputado da 'Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios'. Foi membro de várias academias científicas, nomeadamente da Academia Real das Ciências de Lisboa, onde apresentou diversas memórias relativas à Agricultura, à Indústria e à Economia. Trocou correspondência com vários cientistas estrangeiros. Ver SILVA, Inocencio da, ARANHA, Brito, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, tomo II, vol. IX, pp. 200 a 202.

<sup>48</sup> Licenciado em Filosofia e Teologia. Autor do '*Verdadeiro Método de Estudar*', 1746.

<sup>49</sup> Manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa – *Correspondência d' Academia* (1780 a 1831).

<sup>50</sup> D. Lourenço José Xavier de Lima, 1.º Conde de Mafra, Fidalgo da Casa Real e Ministro Plenipotenciário em diversas cortes europeias.

<sup>51</sup> Gilbert du Motier, marquês de La Fayette, aristocrata francês que participou em ambas as revoluções: americana e francesa.

<sup>52</sup> Naturalista e explorador alemão.

<sup>53</sup> Escritor francês, economista e oficial do governo. O seu envolvimento na revolução francesa fez com que procurasse exílio nos Estados Unidos da América, em 1799.

com outras figuras destacadas da política e da ciência francesas numa atmosfera revolucionária.

Em 1803, nasce o seu filho Eduardo José, de mãe francesa, que passou em adolescente vários anos com o pai nos EUA. Pensa-se ser ele o responsável pela colecção dos pertences de Correia da Serra no Museum d'Histoire Naturelle em Paris (TEAGUE, 1997). Apesar de se encontrar exilado, recebe honrarias do seu próprio país ao ser eleito Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1807, e de outros países europeus, que o requisitaram para sócio de prestigiadas academias.

Entretanto, a situação política internacional altera-se de forma significativa devido às campanhas napoleónicas que, em Portugal, levaram a corte a sair de Lisboa e a instalar-se no Rio de Janeiro. Durante a terceira invasão francesa, Napoleão terá ordenado a Correia da Serra que escrevesse um documento de apoio à sua política, que este se recusa fazer, vendo-se obrigado a viajar para os Estados Unidos da América (CARNEIRO e DIOGO, 2003: 2) e (PAIXÃO, 1973: 134). A escolha deste país deveu-se, por um lado, às amizades cimentadas com figuras relevantes da política americana e, por outro, à sua empatia com os ideais liberais que norteavam a jovem República. Foi a nova nação americana a beneficiar da emigração forçada de Correia da Serra. Acolhido, apreciado e estimulado pelas oportunidades que ali lhe foram concedidas de estudar e viajar, depressa se tornou o centro de um círculo científico e intelectual fundamentalmente sediado em Filadélfia. Era conhecido entre os americanos como 'o nosso Sócrates'. Em 1813, visitou pela primeira vez Thomas Jefferson<sup>54</sup> (1743-1826), em Monticello, que o defendia como 'um dos homens mais sábios desta era' (TEAGUE, 1997: 66).

---

<sup>54</sup> 3º Presidente dos Estados Unidos da América.

Ainda hoje é possível visitar o quarto onde Correia da Serra ficava alojado em Monticello – *The Abbé's room*, ocupa o *north square room* do piso térreo. Sobre a lareira, encontra-se um retrato de Correia da Serra.

O conhecimento de Jefferson sobre a arquitectura provinha dos livros<sup>55</sup> que possuía e dos países que visitava. Inspirado pela arquitectura de Palladio, desenhou o projecto para

Monticello, bem como algumas peças de mobiliário.



Casa de Thomas Jefferson em Monticello – Virginia

Em 1816, é nomeado Ministro Plenipotenciário do 'Reino Unido de Portugal e do Brasil nos EUA', por um período de 4 anos, durante o qual contribuiu para a aprovação do *Neutrality Act* (1817), que proibia a importação de bens de portos estrangeiros a embarcações que não fossem dos Estados Unidos. Mas nem sempre a sua intervenção foi vista com o mesmo entusiasmo de amigos como Jefferson, James Madison (1751-1858)<sup>56</sup>, James Monroe<sup>57</sup> (1758-1851) e John Quincy Adams<sup>58</sup> (1767-1848).

Em 1818, o *Baltimore Patriot* publica um artigo, não assinado: Something new in diplomacy! - '*A letter has been published in the Aurora purporting to have been addressed by that philosopher, that modern Socrates, the distinguished preceptor of Robert Walsh Jr., to wit, the abbé Correa da Serra, the Jesuit, the mock and scientific representative of the pious and humane genuineness of the letter not having been contradicted, we are induced to believe it a true fact.*' (BOURDON, 1975: 360). O artigo refere-se a uma visita de Correia da Serra a Baltimore, sob o pretexto de averiguar o número e descrição das embarcações que a cidade preparava para os patriotas da América do Sul: (...) '*It was, according to his own declaration, to «hear with his own ears and see with his own eyes» what preparations were making in the way of privateering by the citizens of Baltimore, to prowl about our wharves to see what number and description of vessels this heretic city was preparing for the patriots of*

<sup>55</sup> Xavier Fernandéz (2001), publica a lista de livros de arquitectura adquiridos por Thomas Jefferson, entre os quais constavam obras de Alberti, William Chambers, Philibert Delorme, Inigo Jones, Henry Latrobe, Palladio, Pierre Patte, Claude Perrault, Piranesi, Scamozzi, Serlio, Vasari, Vignola, Vitruvio e Winckelmann, entre outros.

<sup>56</sup> 4º Presidente dos Estados Unidos da América (1809-1817).

<sup>57</sup> 5º Presidente dos Estados Unidos da América (1817-1825).

<sup>58</sup> 6º Presidente dos Estados Unidos da América (1825-1829).

*South América. (...) When the abbé again visits us, being apprised of this object, the citizens of Baltimore will know better how to appreciate the honour of his presence.'*

As acusações feitas a Correia da Serra eram uma forma de crítica à neutralidade adoptada pelo governo português na guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha: (...) *'The abbe cannot close his epistle without «recalling to the memory of his government the noble and friendly proceeding of His Majesty and subjects in the late war between the United States and Great Britain», in proof of which he should have cited the noble indifference of this most noble majesty's subjects to their character of neutrality in suffering, and probably rejoicing in, the capture of the General Armstrong in Portuguese waters'.*

Em termos pessoais, a experiência diplomática americana parece ter sido decepcionante para Correia da Serra. O apoio dos Estados Unidos aos movimentos independentistas brasileiros contribuiu para o desfazer de um sonho de uma nova ética e prática políticas, que acalentara aquando do nascimento da nova nação. Em 1819, foi homenagiado com a Comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e conselheiro da Fazenda.

Em 1820, Correia da Serra prepara-se para enfrentar um novo destino: o Brasil (ainda então uma colónia portuguesa), na perspectiva de aí ocupar o cargo de Presidente da Real Academia das Ciências e das Artes mantendo, ao mesmo tempo, a sua actividade de botânico. Contudo, esta viagem nunca se realizou pois, entretanto, ocorreu em Portugal a Revolução Liberal. Mais tarde, Correia da Serra assume o lugar de deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Beja. Após breve passagem por Londres, chega a Lisboa em 1821, onde é eleito deputado às Cortes por D. João VI e coberto de honrarias. No entanto, acaba por não resistir muito tempo no seu país de origem, vindo a falecer vítima de diabetes dois anos depois nas Caldas da Rainha.

Analisando em perspectiva o seu perfil, é possível perceber que o contributo de Correia da Serra nas questões das políticas territoriais não é directamente identificável. Apesar da sua formação multidisciplinar, o abade foi um homem ligado às ciências naturais, sendo a

botânica a sua especialidade. O seu extenso currículo<sup>59</sup> é prova do contributo inegável que teve no desenvolvimento do conhecimento científico em Portugal, no século XVIII.

Tendo permanecido mais de dois terços da sua vida fora de Portugal, é em solo americano que assiste às notícias públicas e diplomáticas e ao efeito político que a ‘sublevação dos rebeldes’ da Nova Inglaterra ou América Inglesa e a Independência dos EUA originaram em Portugal. O seu cargo diplomático permitiu-lhe analisar de perto o reflexo das atitudes da diplomacia do novo país, a troca de embaixadores (ministros residentes) entre ambos os países e as suas afinidades, em particular no que se refere a prioridades comerciais e interesses políticos.

Desta forma, é possível afirmar que foi um importante elo cultural entre ambos os países, tornando possível a recriação de uma dimensão que ultrapassou as relações oficiais e institucionais. A actividade que desenvolveu, na qualidade de Ministro Plenipotenciário, está mais estudada e é, por isso, mais conhecida<sup>60</sup>.

A Gazeta de Lisboa, à semelhança de outros periódicos da época, acompanhou de perto os acontecimentos relacionados com a Revolução Americana e os que se seguiram à Declaração da Independência dos EUA, na coluna ‘*América Setentrional*’. Era frequente que os ministros plenipotenciários ficassem a par de determinadas disposições régias por intermédio de cartas e actas de congressos que eram publicadas nas gazetas, antes de receberem a confirmação oficial por carta.

Correia da Serra, queixa-se constantemente da excessiva liberdade de imprensa nos Estados Unidos da América, onde os periódicos tomavam posições partidárias e serviam como meio de propaganda de ideais políticos. Chegou mesmo a ser vítima de inúmeras acusações, por parte dos periódicos *Aurora* e *Baltimore Patriot* (como anteriormente se referiu), relativamente a uma carta sua ao então Presidente do Congresso, Madison (1751 - 1836), alertando-o para os actos de pirataria nos portos americanos, por parte de navios

---

<sup>59</sup> Em todos os países por onde passou, participava de forma activa nos círculos intelectuais da época, tendo sido sócio das Sociedades Lineana de Londres, da Filomática de Paris e das Academias de Turim, Florença, Bordéus, Lyon, Marselha, Liège, Siena e Cortona, bem como das Sociedades Reais de Piemonte e de Toscana e Económica de Valência, e ainda da Sociedade Promotora da Indústria Nacional (PAIXÃO, 1973: 124).

<sup>60</sup> Existe uma vasta documentação no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, nas caixas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, relativa à legação de Portugal em Washington e, paralelamente, à legação dos EUA em Portugal, integrando documentos anteriores à abertura das respectivas representações diplomáticas; a legação de Portugal em Londres e ainda muitas outras em cortes europeias.

espanhóis, aconselhando o Congresso a rever as leis de comércio dos portos americanos (BOURDON, 1975).

A *Gazeta de Lisboa* acumulou uma série de anúncios de obras impressas, entre os quais constavam as informações sobre as actividades da Academia das Ciências: lições públicas, com demonstrações experimentais. A análise destes anúncios permite perceber a importância da divulgação do seu conteúdo, a forma como eram postos em circulação, a compra e posse destas obras e a forma como eram lidas.<sup>61</sup> Para além da divulgação de obras científicas (maioritariamente de autores portugueses e algumas obras estrangeiras traduzidas), a *Gazeta* também continha alguns anúncios de intuitos comerciais, que contribuíram para a fortificação da relação entre oferta e procura de livros. Quem soubesse ler em francês e inglês podia com facilidade adquirir o *Mercure*, a *London Gazette*, a *London Chronicle* ou o *Courier*, também londrino.

Em geral, a ‘descodificação’ da vida de Correia da Serra abre o caminho para o entendimento do espírito da época. Um espírito ‘iluminado’ pelos ideais da Revolução Francesa, pelas doutrinas e correntes filosóficas que vigoravam (fisiocratismo, maçonaria, etc.) e que revolucionaram todos os campos do conhecimento científico, em especial o ensino, e a consolidação da prática profissional de várias disciplinas, como a arquitectura. Enfim, todas as questões que têm vindo a ser alvo de referência para o presente estudo e que se reúnem e relacionam na vida e obra de Correia da Serra.

A relação mais directa que travou com as políticas territoriais foi através da oportunidade que teve de acompanhar o processo de venda / loteamento das terras desocupadas nos Estados Unidos da América – ‘*Northwest Ordinance*<sup>62</sup>’ de 1787, também conhecida por ‘*Freedom Ordinance*’. É provável que tenha discutido alguns aspectos da ‘*Land Ordinance*<sup>63</sup>’ (1785) com Thomas Jefferson, nas várias conversas que trocavam em Monticello. O abade chega mesmo a sugerir que um processo semelhante fosse adoptado para as terras do

---

<sup>61</sup> Este estudo encontra-se desenvolvido por André Belo, relativamente aos primeiros anos da *Gazeta de Lisboa* (1715-60); ver (BELO, 1998).

<sup>62</sup> Criada pelo *Continental Congress*, sob os artigos da Confederação, foi um documento legislativo de importância equiparável à Declaração da Independência (1776). O seu objectivo era criação do *Northwest Territory*, o 1º território organizado dos Estados Unidos da América, entre a região dos Grandes Lagos e o rio Ohio.

<sup>63</sup> A *Land Ordinance* ditou as regras da política territorial adoptada pelos Estados Unidos, até à sua substituição pelo *Homestead Act* (1862); esta lei estabelecia a base do sistema público de parcelamento.

Brasil demonstrando, não só as vantagens económicas que tal operação teria para o Tesouro Real, mas também as vantagens de sistematização de informação e identificação das terras do reino de Portugal. Correia da Serra, estava preocupado com as questões da identidade do país, a importância de conhecer o território através de mapas, medir os limites do território, chegando mesmo a enviar cópias dos mapas do estado de Maryland e Virgínia ao Conde de Vilanova Portugal<sup>64</sup> (BOURDON, 1975: cartas 163 e 251 – anexos 01.02 e 01.03 da presente dissertação).

Esta preocupação era igualmente partilhada pelo Marquês de Pombal, na acção que desenvolveu na América portuguesa – o Brasil. O constante e real domínio de um espaço geográfico bem demarcado, só podia ser colocado em prática através de uma clara divisão territorial que pressupunha a definição de fronteiras nas cartas do território, com a criação de um sistema extensivo de fortificações que assegurassem a comunicação com o centro administrativo (TOLEDO, 2000: 3). Desta forma era reafirmada a presença activa do governo sobre o território. No entanto, está ainda por verificar a resposta do governo português à sua sugestão sobre a venda das terras do Brasil, bem como a relevância destes mapas que chegaram a Portugal (Quais são? Onde se encontram? Que operatividade tiveram?).

Nos anos em que estive em Portugal, antes de ir para os Estados Unidos, Correia da Serra contribuiu para a divulgação dos ideais da Revolução Francesa e da revolução do conhecimento científico em Portugal, através da actividade que desenvolveu na *Academia Real das Ciências de Lisboa*. Nas mais diversas áreas do conhecimento científico, com especial destaque para a física, botânica, letras em geral e engenharia, um vasto conjunto de obras foram patrocinadas pela Academia, muitas vezes em parceria com a Universidade de Coimbra e outras academias e universidades de outros países com os quais mantinham relações, através de membros correspondentes (por exemplo a França, Itália e a Inglaterra).

---

<sup>64</sup> Tomás António de Vilanova Portugal (1755-1839), bacharel e doutor em Leis pela Universidade de Coimbra; Desembargador da Relação do Porto (1800); Desembargador da Casa da Suplicação (1801); Desembargador ordinário do Desembargo do Paço (1807) no Rio de Janeiro. Até ao regresso da Corte a Portugal, reúne sob sua direcção as pastas do Reino, da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Marinha, concentrando em si o mecanismo governativo. Fidalgo cavaleiro e comendador das Ordens de Avis e da Torre e Espada, escreveu algumas obras que ofereceu à Academia Real das Ciências. A sua resistência aos princípios liberais ficou patente nalguns dos diplomas que publicou, perseguindo ainda a Maçonaria e outras sociedades secretas. Ver MARTINS, Guilherme d'Oliveira, *O Ministério das Finanças, Subsídios para a sua História no Bicentenário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda*, Lisboa, Secretaria do Estado do Orçamento, 1988. pp. 347 a 349.

Correia da Serra pertenceu à nova classe social que emergia por toda a Europa, na época – os estrangeirados. Este grupo de viajantes incluía um vasto leque de diferentes personalidades desde a aristocracia até aos aventureiros à procura de melhor sorte, passando pelos letrados, cientistas e sábios, que motivados pelo interesse de conhecerem outras terras, gentes, leis e costumes, partiam em representação do país nas cortes europeias. A presença destes homens deixou marcas em todas as áreas do domínio cultural e científico. Os relatos que fizeram dos países por onde passaram reflectem o seu impacto no alargamento dos horizontes humanos e na circulação de ideias. Um mesmo homem podia servir sucessivamente vários governos de diferentes nações, pertencendo e frequentando a boa sociedade, internacional e cosmopolita. A sua contribuição na transmissão de estilos, teorias e ideias e a sua importância enquanto vectores de trocas culturais, fizeram deles veículos do iluminismo e das ideias liberais que vieram a entrar em Portugal.<sup>65</sup>

Assim, não é de estranhar que a obra de Correia da Serra seja um reflexo do dinamismo que caracterizou a sua vida, sendo por isso também ela vasta e diversificada (cartas, documentos legais, certidões, contas, diplomas, etc.).

*‘Existia um plano subjacente aos seus escritos deste período, mas esse plano ficaria por realizar. Ele queria escrever, na verdade, uma obra monumental sobre Portugal, nos seus muitos aspectos: histórico, cultural, social, económico. Tinha ambições grandiosas acerca daquilo que a Academia poderia realizar nesta matéria e o papel que ele próprio desempenharia’* (TEAGUE, 1997: 54).

Teague reúne o inventário do espólio da colecção da FLAD e de outras fontes que conseguiu localizar, relativamente ao material manuscrito de Correia da Serra no período de 1767-95. A lista de obras de sua autoria, publicadas antes de 1795, está citada por personagens como Innocencio Francisco da Silva<sup>66</sup> (1810-1876) e nos três primeiros volumes da colecção da Academia: *Colecção dos Livros Inéditos da História Portuguesa: Memórias Económicas*.

---

<sup>65</sup> Sobre este assunto ver (MIRANDA, 1990), (MURPHY, 1975) e (SEIXO, 1996).

<sup>66</sup> Autor do *Diccionario Bibliographico Portuguez*.



Apesar de manter uma correspondência assídua com personalidades de várias nacionalidades, Correia da Serra produziu um reduzido número de publicações, para as actividades que desenvolvia (provavelmente não lhe sobriaria muito tempo para escrever). No entanto, os relatos das inúmeras viagens de campo que realizou acompanham o percurso cronológico natural e a sua evolução enquanto homem de ciência, num sucessivo refinamento de procedimentos metodológicos e de hipótese teóricas: dos relatos onde se misturam observações geológicas ou botânicas com meras impressões sobre paisagens, arquitecturas e costumes, até às memórias de conteúdo estritamente científico.

O Duque de Lafões faz um inventário aos livros de Correia da Serra, do qual fazem parte 1629 títulos. D. Francisco de Almeida<sup>67</sup> (1797-1870), 2º Conde do Lavradio, fez uma interessante descrição dos escritos do Abade, numa comunicação que apresentou à *Société Philomatique* de Paris, em 1824. Nela dizia que, embora os seus escritos não fossem numerosos, continham observações extremamente preciosas e importantes, muito originais para a sua época e que todos eles tinham ideias esclarecedoras, pensamentos engenhosos e conceitos inovadores.

Correia da Serra publicou regularmente em algumas das mais prestigiadas publicações científicas da época, tais como: *Philosophical Transactions, da Royal Society; Transactions of Linnean society; Transactions of the American Philosophical Society; Annales du Muséum; Bulletin de la Société Philomatique; Archives Littéraires de l'Europe; The American Review*. Foi membro da Royal Society e da Linnean Society, membro correspondente da Academia das Ciências de Paris, da Société Philomatique e das Academias de Turim, Florença, Siena, Mantova, Bordéus, Lyon, Marselha e Liège, das Sociedades Agrárias do Piemonte e da Toscana, da Sociedade de Economia de Valença. Nos Estados Unidos, ministrou cursos de botânica na American Philosophical Society e foi convidado a ocupar um lugar na Universidade de Pensilvânia, que recusou.

---

<sup>67</sup> Ministro de Estado, Par do Reino, Veador da Infanta D. Isabel Maria, Comendador da Ordem de N. Sr.ª da Conceição, Grã-Cruz da Ordem de Cristo, da Torre e da Espada, e das seguintes ordens estrangeiras: Leopoldo da Bélgica, Ernesto Pio de Saxónia, Guelfos de Hanover e Danebrog da Dinamarca; condecorado com a ordem da Casa de Hohenzolern de 1.ª classe, enviado em missão extraordinária à corte Coburgo, Ministro Plenipotenciário em Londres, Conselheiro de Embaixada em outras cortes, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Ver *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume IV, pp. 90 a 91.

O anexo 02, da presente dissertação, reúne algumas das suas principais obras publicadas em território nacional e estrangeiro, das quais as referentes à sua investigação científica como naturalista, se encontram referidas no artigo de Abílio Fernandes (1973).

## **Parte II**

### **Uma utopia territorial – ‘*Tratado da Ruação*’ de Figueiredo Seixas**



## 01. Utopias territoriais

Desde o Renascimento que a produção de textos de orientação utópica sobre a cidade é relativamente abundante. Essencialmente motivados pelo progresso científico e o desejo de modernização, estes textos abordam as novas preocupações em relação à cidade, quase sempre propondo um modelo de cidade ideal (imaginária), que muitas vezes era um pretexto camuflado para exercer a sua função crítica sobre a cidade existente (real).

Por um lado, defendia-se o retorno a uma vida idílica campesina (segundo os ideais *rousseanos* do mito do ‘bom selvagem’) por outro, insistia-se na ideia de progresso político, económico e social, defendida pelas ideologias liberais burguesas. Assim, apesar de proclamarem a razão sobre o sentimento, os utópicos reformadores do iluminismo foram muitas vezes guiados pela nostalgia e o optimismo<sup>68</sup> (SETA, 2002: 246).

Os avanços da ciência e da medicina, juntamente com as preocupações higienistas, obrigaram a uma reformulação da organização da cidade e dos seus cidadãos, introduzindo alterações significativas, nomeadamente em equipamentos e edifícios directamente relacionados com o bem-estar e saúde públicos (hospitais, prisões, cemitérios, etc.).

A utopia manifestava-se, essencialmente, no desejo de criação de uma sociedade ideal, que apoiasse o desenvolvimento da agricultura e da indústria, segundo os ideais do fisiocratismo. Algumas destas utopias encontraram um possível campo de concretização na colonização do continente americano e no sul de Espanha. Em território português, a formação da rede territorial e fronteiriça do Brasil, foi o campo mais fértil, apesar da presença de elementos condicionantes como a geografia e a ocupação do território. Um caso muito diferente da colonização dos Estados Unidos da América, uma vez que o território não teve de ser conquistado, mas antes comprado.

A expansão norte-americana foi feita por adição, no sentido este-oeste, através de um processo relativamente contínuo e linear. A grelha estendia-se a todo o território sem ter de sofrer grandes alterações. Já na América do Sul, neste caso específico, no Brasil, o território não só tinha grandes contrastes geográficos como também estava ocupado obrigando, por isso, à sua conquista através de um processo que dificilmente era contínuo e linear. Além disso, a colonização dos Estados Unidos, à semelhança do que aconteceu no sul de

---

<sup>68</sup> É disso exemplo Voltaire e a sua obra *‘Candide ou l’optimisme’*; 1759.

Espanha foi, na sua essência, uma colonização agrária de terras despovoadas ou de territórios com reduzida ocupação.

Os traçados urbanos planeados, pressupõem a existência de um elemento estruturador do desenho – uma malha conceptual, uma métrica ou geometria, neste caso uma grelha ortogonal. A aplicação ‘literal’ deste traçado era mais directa na colonização da América do Norte, do que na América do Sul (pelos motivos já aqui referidos), onde a sua aplicação é mais subtil e complexa. Foi através de um complexo exercício de composição urbana, apenas decifrável no sítio, que se articulou uma concepção regular do traçado com o aproveitamento e a valorização de todas as suas particularidades. O resultado final deste processo era a criação de um sistema (rede) de ligação de pontos (cidades), que se oferecia como a alternativa possível ao tabuleiro contínuo e interminável da grelha norte-americana.

*‘A acção de povoamento empreendida, durante mais de três séculos, pelos senhores do Novo Mundo nasce sob o signo da regularidade e uniformidade do traçado hipodâmico, em xadrez ou retícula. O sonho utópico da cidade ideal parece ter-se convertido em realidade.’* (CORREA, 1997: 202).

O estudo da utopia territorial de Figueiredo Seixas não ficará completo sem referência a obras que abordam a problemática do planeamento urbano ideal / utópico, produzidos na época (ainda que em contextos e com características muito diferentes). Na impossibilidade de uma recolha exaustiva destes textos, a nível nacional e internacional, optou-se por referir quatro exemplos de abordagens ao planeamento da cidade e ordenamento do território que complementam o *‘Tratado da Ruação’* (1760/8?), são eles: *‘Sinápia’* (?); o *‘Tratado da Conservação da Saúde dos Povos’* (1756), de Ribeiro Sanches<sup>69</sup>; o *‘Foral da Povoação da Serra Morena’* (1767), de Pablo Olavide e a *‘Land Ordinance’* aprovada pelo Continental Congress em 1785. As considerações aqui traçadas sobre estas obras têm por base a leitura de uma cópia impressa do documento original, excepto no tratado de Ribeiro

---

<sup>69</sup> Ribeiro Sanches e Pablo Olavide foram ambos ‘estrangeirados’, com um percurso muito semelhante ao de Correia de Serra: partilhavam os mesmos ideais e frequentavam os mesmos círculos culturais.

Sanches, sobre o qual foram fundamentais os estudos desenvolvidos por Ana Cristina Araújo<sup>70</sup>.

No campo das utopias literárias, a escolha recaiu sobre *Sinápia*, de um anónimo precursor do iluminismo em Espanha<sup>71</sup>. É um texto que se aproxima mais de obras como a *Utopia* (1516) de Thomas More (1478-1535); a *Cidade do Sol* (1623) de Tommaso Campanella (1568-1639) e a *Nova Atlântida* (1622) de Francis Bacon (1561-1626), das quais a tradição literária e o pensamento da cultura iluminista são herdeiros.

À semelhança de More, que tem como antípoda (anti-modelo) da sua cidade ideal, a cidade real que conhece – Londres; o autor de *Sinápia* tem o seu anti-modelo no próprio país – a Espanha. Esta crítica é declarada, não só no nome da obra, que constitui um anagrama com as letras da palavra (H)ispania, mas também na sua ilustração - *Sinápia* é uma imagem invertida de Espanha. Para que não restassem dúvidas, o próprio autor escreve na conclusão '*Sinápia es una perfectissima antípoda de nuestra Hespaña*' (AVILEZ FERNANDEZ, 1976: 134).



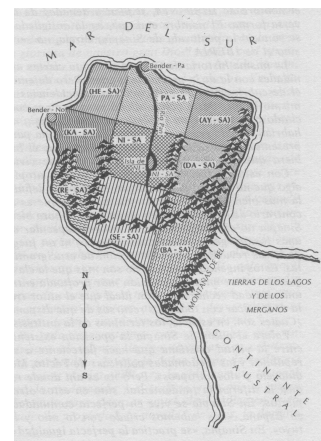
#### A ilha de Utopia

Ambrosius Holbein

Gravura em madeira, 17,8x11,8 cm

Edição ilustrada da *Utopia* de Thomas More

Publicações Froben, Basle, 1518



#### Mapa de *Sinápia*

Reconstituição hipotética segundo o texto original

*Sinápia*

(AVILEZ FERNANDEZ, 1976: 23)

<sup>70</sup> Em especial o artigo, *Medicina e utopia em Ribeiro Sanches*, in Separata de "Ars Interpretandi – Diálogo e Tempo", Homenagem a Miguel Baptista Pereira, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2000, pp.35 a 85.

<sup>71</sup> O documento original (manuscrito) encontra-se no Catálogo do Arquivo do Conde de Campomanes e foi descoberto em 1975. Apesar de não estar datado, as preocupações colocadas em *Sinápia* são características do pensamento ilustrado do século XVIII. Miguel Avilez (1976) situa o documento na segunda metade do séc. XVIII, aludindo à possibilidade de Campomanes ser o seu autor. Stelio Cro (1977), historiador de arte, apesar de reconhecer o descurso iluminista, aproxima a obra do ano 1682, por ter encontrado nos arquivos de Campomanes manuscritos do mesmo autor, com anotações traduzidas no *Jornal des Sçavans* desse ano.

As cidades de *Sinápia* são todas iguais, está presente uma ideia de uniformidade, de estandardização, que é frequentemente comum nas cidades ideais que estas utopias propõem. As cidades são hierarquizadas em função da sua escala, o que as diferencia é o número de habitantes, de bairros, a melhoria dos materiais e a grandeza dos edifícios públicos (os critérios de hierarquização do espaço são os mesmos seguidos por Seixas no *Tratado da Ruação*).

A organização da cidade é feita em função de uma sociedade modelo ideal (algo que não está presente no tratado de Seixas), na qual a célula é a família. Cada família ocupa uma casa e o conjunto de 10 famílias constitui o bairro. O mais pequeno dos núcleos urbanos possível é a via: nela se dispõem, em harmoniosa unidade urbanística, oito bairros, juntamente com os edifícios da comunidade. O território rural de cada vila divide-se em quatro quarteirões. Em cada um deles existem dispersas dez famílias, de modo que os oito bairros urbanos unidos aos quatro bairros rurais formem a vila.

As casas, bairros e vilas, são planeados em função dos serviços que prestam aos seus habitantes. Os desenhos das composições apresentam afinidades com os gostos neoclassicistas do século XVIII (AVILEZ FERNANDEZ, 1976: 30). Em todos os exemplos escolhidos, a agricultura e a educação representam um papel fundamental no desenvolvimento e organização da cidade. A vida comum, a ausência de propriedades privadas, a igualdade e a moderação, são algumas das características comuns a *Sinápia*, a *Utopia* e a *Cidade do Sol*. Em todas está presente a crítica da sociedade e do estado, propondo os moldes de um regime ideal.

O discurso de *Sinápia* reflecte as opiniões de um político legislador, com intenções de criar uma cidade assente em relações político-sociais diferentes. É possível que *Sinápia* tenha influenciado o projecto das colónias da Serra Morena, durante o reinado de Carlos III (r.1759-1788) (LOPEZ, 1998: 309), uma vez que foi precisamente através de Campomanes<sup>72</sup> (1723-1802) que Olavide incorporou as suas acções no governo. Mas esse é um assunto que se encontra ainda por estudar e que para o presente estudo interessa apenas dele tomar nota.

---

<sup>72</sup> Pedro Rodrigues de Campomanes era na altura (1762) fiscal do Conselho de Castela.



À semelhança do *Tratado da Ruação, Sinápia* enaltece as artes e as ciências. Esta é uma característica que reforça o vínculo académico e o espírito iluminista do seu autor e que vai de encontro à abordagem ao tema feito na primeira parte deste trabalho.

O *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756), de Ribeiro Sanches<sup>73</sup> (1699-1783), insere-se na categoria das utopias higienistas, associadas à ideia de progresso e aperfeiçoamento do homem e da sociedade, em função da felicidade colectiva. Ribeiro Sanches defende um modelo de saúde e bem-estar para a felicidade dos seus cidadãos, assente em três pilares fundamentais: fruição do corpo e procriação saudável; desodorização do ar e saneamento radical dos espaços públicos e promíscuos.

Os procedimentos elementares da estratégia de purificação do ambiente consistiam em medidas como: ventilar para aumentar a elasticidade do ar; pavimentar para travar as exaltações pútridas dos solos; secar e drenar para impedir que a humidade activasse a corrupção dos resíduos orgânicos; e desodorizar o ar com anticépticos e perfumantes naturais.

Assim, os hospitais deveriam ser edifícios localizados em pontos altos e batidos pelo vento, especialmente projectados para albergar enfermarias com camas individuais, dotados de condições de conforto e comodidade, com ventilação artificial e natural. Estes deviam, ainda, ser constituídos em unidades de pequena e média dimensão, diferenciadas em função dos cuidados de saúde a prestar, de forma responder aos diferentes tipos de enfermidades. Conventos, prisões e todos os lugares públicos que necessitassem de ar puro e seco, eram objecto de igual atenção e cuidados especiais.

Para além da cidade dos vivos, Ribeiro Sanches inclui no seu tratado a cidade dos mortos – a necrópole, na lista de espaços a sanear, sendo o primeiro autor no país a propor o fim dos enterramentos nas igrejas e nos seus adros<sup>74</sup>. As necrópoles deveriam estar distantes dos centros populacionais, edificadas em locais altos e arejados, implantadas em solos favoráveis à decomposição dos cadáveres.

---

<sup>73</sup> Médico, filósofo e pedagogo, 'estrangeirado', que contribuiu para a reforma da cultura filosófica e científica do país. As suas obras '*Cartas sobre a educação da mocidade*' (1760) e '*Método para aprender e estudar Medicina*' (1763), contribuíram para a redacção dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), em particular no que respeita ao curso de medicina e aos assuntos pedagógicos em geral. Ver ALBUQUERQUE, Luís de, *As ciências exactas na reforma pombalina do ensino superior*, in "Vértice", n.º 4, Coimbra, 1947.

<sup>74</sup> O primeiro cemitério construído de raiz, ao ar livre, em Portugal foi o de Vila Real de Santo António.

A utopia em Ribeiro Sanches é fruto do período de experimentalismo moderno, que se verificava na época, face aos avanços da medicina e das ciências em geral. A sua obra correspondia às preocupações de saúde pública evidenciadas pela legislação pombalina, na reconstrução da cidade após o terramoto. Mas, na prática, o tratado não teve grande aplicabilidade, uma vez que só através do poder político é que a ciência poderia contribuir para garantir o progresso da cidade.

O padrão urbanístico subjacente à normatividade higiénica obrigava à recomposição sensorial do espaço público e privado. O local de implantação da cidade devia ser sadio e a topografia urbana pensada de modo a contemplar praças amplas, jardins públicos, ruas pavimentadas, largas e direitas, casas altas com janelas rasgadas. Em função da segurança, saúde, conforto e prazer dos seus habitantes, a cidade saudável exigia que os seus habitantes fossem igualmente sadios, sendo para isso fundamental a higiene do corpo, a limpeza do vestuário e da habitação.

*‘Planificada pela linguagem higienista e racionalizada pela filosofia urbanista do iluminismo, a cidade de abundância de ar, de espaço e de luz convidava à monumentalidade dos seus edifícios e à emergência da utopia na cidade’* (ARAÚJO, Ana Cristina: 2000: 85).

Mais próximo do regulamento ou norma urbanística é o documento produzido sob a direcção de Pablo Olavide<sup>75</sup> (1725 - 1803), o *Foral de Povoação da Serra Morena* (1767), no contexto da colonização do sul de Espanha, por ordem do rei Carlos III (r. 1759 - 1788).

O trabalho que lhe foi encomendado consistia no acondicionamento material das novas comunidades e a organização da sua vida socio-económica. As *Novas Povoações*<sup>76</sup> foram criadas com o objectivo de: formar uma sociedade modelo, que servisse de exemplo aos

---

<sup>75</sup> Político, advogado, teólogo, tradutor, dramaturgo e novelista, poeta e filósofo. Esteve exilado em França, tendo participado no movimento intelectual dos enciclopedistas, onde travou amizade com Voltaire, d’Alembert, Condorcet e John Adams. Foi responsável pelos projectos de colonização em diversas zonas do sul de Espanha, tendo envergado posteriormente a colonização da Serra Morena. Foi ainda autor da primeira reforma universitária moderna em Espanha, tendo-se destacado no campo da beneficência social, da reforma agrária, da organização municipal, da renovação teatral e da modernização do ensino. Natural de Lima, Peru, assistiu ao terramoto que destruiu grande parte da cidade em 1746, sendo responsável pela sua reconstrução. A sua novela *‘Teresa o el Terramoto de Lima’* descreve o terramoto, à semelhança do episódio do terramoto de Lisboa descrito por Voltaire em *‘Candide ou l’optimisme’* (1759). Ver *Olavide, los desastres y el siglo de las Luces*, in “Desastres & Sociedad”, Revista semestral de la red de estudios sociales en prevencion de desastres en América Latina, nº. 2, ano 2, Janeiro-Julho 1994, pp.2 a 3.

<sup>76</sup> Constituídas por 22 núcleos, com capital em *La Carolina*.

povos vizinhos e ao resto do país; manter a segurança e a ordem pública entre Madrid e Andaluzia; povoar as zonas desertas com um esquema prévio e concentrar uma povoação útil, desenvolvida em todos os ramos da agricultura e da indústria (evitando, desta forma, a dispersão da povoação pelo campo) (AVILÉS FERNANDES, 1986).

A escolha do sítio era feita, à semelhança dos tratados de Ribeiro Sanches e Figueiredo Seixas, em função de serem sãos, bem ventilados e sem águas estagnadas, tendo por base um plano que continha a localização geográfica dos terrenos. Os planos destas povoações obedeciam, geralmente, a uma quadrícula onde se introduziram eixos perspectivados relacionados com as praças rectangulares, hexagonais e circulares, dotadas de uma 'arquitectura sencível e uniforme' (GOITIA (1968), 1998: 161).

Cada povoação podia ter 15, 20 ou 30 casas no máximo, sendo a distância entre povoações de ¼ de légua. Por sua vez, cada 3, 4 ou 5 povoações formavam uma freguesia ou concelho, cada uma com um deputado (regedor do concelho), um pároco, um presidente da câmara e um '*personero*'<sup>77</sup> comum a todas as povoações. Em sítio oportuno, nos limites do concelho, seria construída uma igreja com habitação para o pároco, uma casa do concelho e uma prisão.

Uma vez mais, a agricultura e a educação constituem os pilares que estruturam a sociedade das povoações. Todos os colonos artesãos deveriam receber instrumentos dos respectivos ofícios, sendo-lhes igualmente distribuídos animais de criação. Estes colonos eram obrigados a permanecer na povoação por um período de 10 anos, sob pena de perderem tudo se assim não o fizessem. Todas as crianças eram obrigadas a ir à escola primária, no entanto, não eram permitidos os estudos de gramática nem de outras faculdades maiores, uma vez que os colonos estavam destinados ao trabalho, à criação do gado e às artes mecânicas.<sup>78</sup>

A par da criação das Novas Povoações, Olavide participou na criação da Sociedade Económica de Sevilha, cujo objectivo era a promoção do fomento da instrução, da capacitação profissional, da indústria e da agricultura. A Sociedade disponibilizava meios como a criação de bibliotecas, laboratórios e escolas, bem como a realização de traduções,

---

<sup>77</sup> Representante da comunidade encarregado de exercer a defesa dos seus direitos. Ver QUIROS, Bernanaldo de, *Colonización y Subversión en la Andalucía de los s. XVIII-XIX*, Sevilha, Editoriales Andaluzas Unidas, S.A., 1986.

<sup>78</sup> Esta visão 'elitista' do ensino, era igualmente partilhada por Ribeiro Sanches, sob pena de não conseguir fixar os trabalhadores no campo.

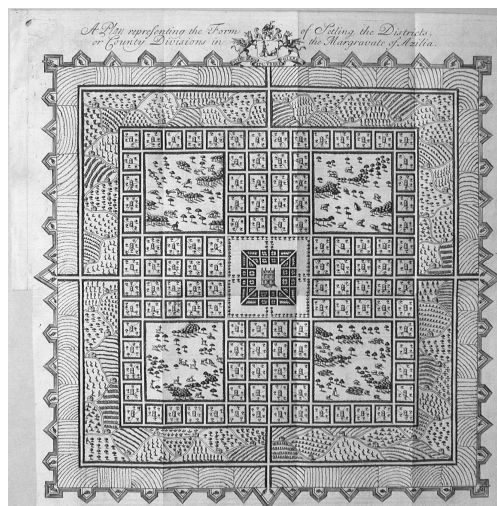
a promoção de discussões públicas, prémios de agricultura e o contacto com outros centros com objectivos semelhantes (academias, universidades, etc.).

A associação da agricultura com a criação de gado, num mesmo território – a pequena propriedade dispersa (ou sorte), em vez do latifúndio, ou grande exploração, – juntamente com o uso de prados artificiais, são os pilares do pensamento económico e agrário de Olavide, manifestados na sua obra '*Informe sobre la Ley Agrária*' (1768), teorizados no Foral de Povoação e aplicados nas *Novas Povoações*.

O último exemplo, a *Land Ordinance* (1785), mais do que um regulamento urbanístico foi a lei que ditou a forma de divisão do território americano. A expansão desse território para noroeste foi, por sua vez, regulamentada pela *Northwest Ordinance* (1787), que aplicava os conceitos estabelecidos pela *Land Ordinance*.

No entanto, não podia ficar por referir o modelo teórico, seu antecedente, que sustenta a legislação acima referida – o *gridiron scheme*. O suporte prático deste modelo provinha das experiências anteriores das 'cidades em grelha' irlandesas e o teórico de obras como '*A Discourse Concerning the Design'd establishment of a new Colony to the South of Carolina int the Most Delightful Country of the Universe*' (1717) de Sir Robert Montgomery, autor do plano para a colónia de *Margravate of Azilia* (1733) que, apesar de não ter passado do papel, constituiu uma inovação no desenho urbano que influenciou experiências futuras.

A cidade inscreve-se um quadrado de 3 milhas de lado, com o palácio no centro. À sua volta, um perímetro verde de 1 milha<sup>79</sup>. As casas ocupavam o perímetro de quatro grandes parques, cada um em seu quadrante, em áreas de 25 milhas quadradas, onde eram criados animais (o 1º continha cavalos, o 2º vacas, o 3º ovelhas e o 4º veados). No exterior ficavam as quintas dos nobres, mantidas pelos trabalhadores que, ao fim de alguns anos, podiam adquirir as terras. O perímetro da cidade era encerrado por uma muralha de 80 milhas.



**Plano para a implantação dos Distritos ou Divisões do Condado, da colônia de Margravate of Azilia (1733)**

**Entre a Carolina do Sul e as colônias espanholas na Florida**

*'A Discourse Concerning the Design'd establishment of a new Colony to the South of Carolina int the Most Delightful Country of the Universe'* (1717)

Sir Robert Montgomery

O problema da cidade planeada com base no *'gridiron scheme'* era o sacrifício da beleza da cidade em função da sua utilidade. A rigidez do seu desenho tornava-o monótono e igualava todas as cidades. O desafio estava, então, em adoptar um sistema misto radial e ortogonal como o plano de Washington<sup>80</sup>. Estes novos padrões começaram a surgir nas extensões das cidades, nos subúrbios burgueses. Aliás, foi o próprio Thomas Jefferson que forneceu a L'Enfant os planos de Frankfurt, Karlsruhe, Paris, Orleans, Milão, Amsterdão, entre outros, ainda que os achasse muito inferiores ao plano adoptado para Filadélfia, por ele considerada a *'Nova Babilónia'* (REPS, 1961: 108).

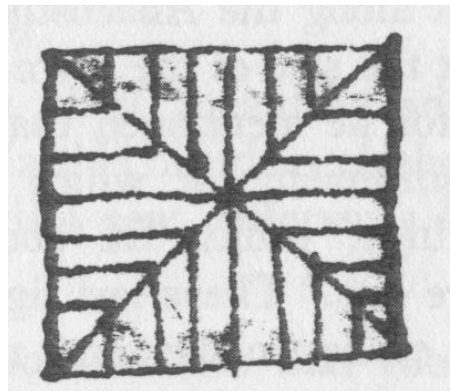
Thomas Jefferson desenvolveu um sistema que conjugava essas duas funções (venustas e utilitas), no plano para *Jeffersonville, Indiana* (1802). Inspirado no modelo de *'checkerboard'*<sup>81</sup> (tabuleiro de damas), o plano consistia numa malha quadrada, intercalada com espaços cheios e vazios de construção. A monotonia (leia-se regra) era quebrada pela introdução de diagonais que atravessavam os quadrados livres.

<sup>79</sup> 1 milha = 0,3125 léguas.

<sup>80</sup> Plano para a Capital Federal de Washington D. C. (1791), desenhado pelo arquitecto francês, Major Pierre Charles L'Enfant (1754-1825).

<sup>81</sup> Uma adaptação do modelo proposto na *'Lei das Índias'* compiladas em 1681, das *Ordenanzas de Poblamiento* (1573) de Filipe II – primeira legislação urbanística da idade moderna. A lei associa os princípios ideais renascentistas, com as influências do Tratado de Vitruvius às realizações concretizadas na América.

Sugestão de Jefferson para a divisão dos quarteirões de uma cidade em lotes de 50 pés de largura e cujo comprimento seria estendido às diagonais que unem os vértices do quadrado. A figura apresenta um quarteirão dividido em 32 lotes. Reys especula sobre o objectivo deste tipo de subdivisão, apontando como causa possível uma distribuição equilibrada do valor dos lotes – através da redução do tamanho dos lotes junto dos cantos, permitindo que os lotes interiores do quarteirão tivessem maior profundidade dos cantos para o ponto médio das ruas fronteiriças.



#### Divisão dos quarteirões de uma cidade

'Proceedings to be had under the Residence Act'  
Papers of Thomas Jefferson - November 29, 1790

LC-MS

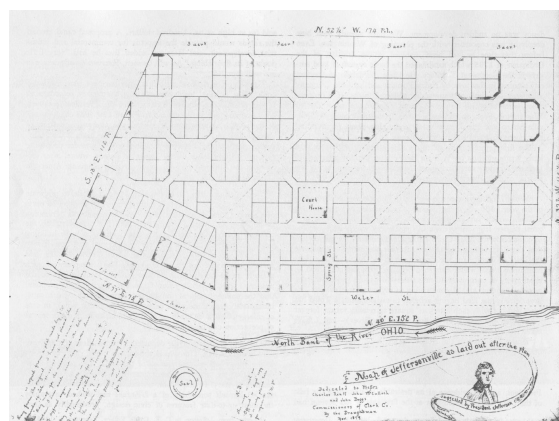
(REPS, 1965: 245)



#### Plano de Washington D. C. (1791)

Pierre L'Enfant

(OLSEWSKI, 1971: APPENDIX A \_ il. 28)



#### Plano para Jeffersonville, Indiana (1802)

Segundo o plano de Jefferson

Jas. M. Van Hook, 1879,

Cópia do original de J. W. Ray de 1802

(REPS, 1965: 318)

A *Land Ordinance* foi uma medida adoptada pelo Continental Congress, face à necessidade de estabelecer uma política territorial nacional. A lei resulta dos esforços de reunião dos interesses de todas as partes (investidores) na distribuição dos espaços públicos. A legislação aplicada ao território afectou a instalação de padrões em secções



A imagem anterior ilustra o plano de vendas das primeiras ‘townships’ a noroeste do rio Ohio. A grelha imposta na paisagem natural era o resultado das decisões do Congresso, expressas na *Land Ordinance* de 1785. Os efeitos que teve no planeamento urbano contribuíram para reforçar a natural tendência para a adopção de um sistema de ruas em grelha (*gridiron system*) – por se tratar da forma mais fácil e rápida de executar a divisão do território em lotes para vender.

Em suma, com base nos exemplos aqui apresentados, podemos concluir que as utopias territoriais adoptadas nos Estados Unidos e no Brasil diferem essencialmente das utopias ditas clássicas (teóricas), pela sua vertente empírica proporcionada pela realidade da conquista do *Novo Mundo*. Os conquistadores viam os nativos como homens que viviam na ‘idade de ouro de um paraíso terreno’, que cedo seriam corrompidos pelos europeus. A utopia era, assim, concebida como o ideal de reforma inspirado na realidade do novo continente (CRO, 1977: 192).

Ao contrário da política da *Land Ordinance*, não é a soma do número de cidades (*townships*) que está em causa para a constituição do território, mas a ‘*pertinência geográfica, a acção potencializadora em termos territoriais, e a capacidade de se instaurar como centro – ainda que periférico – num quadro de relações de poder*’ (ARAÚJO, 2000: 591). A malha ou grelha foi a resposta encontrada pelo Continental Congress às questões ligadas à expansão do território da *Northwest Ordinance*, por sua vez, a rede foi a resposta encontrada pelos engenheiros militares, nas questões do planeamento urbano das políticas territoriais desenvolvidas no Brasil, no século XVIII. Era com base nesta ideia de rede que se reforçava a necessidade de uma cidade ideal que simbolizasse o poder, a cultura e a sociedade moderna que representava (ao mesmo tempo que controlava a sua produção e garantia a sua expansão, sem alterar a sua unidade).

Para isso, foi fundamental a capacidade de desenhar o espaço (não apenas a sua representação gráfica, mas também mental, sob a forma de intenções), projectado e pensado em termos estratégicos. Uma estratégia territorial, complexa por englobar todas as adversidades desse território e se aplicar a toda a sua escala – a escala da rede (aqui entendida como o conjunto das cidades interligadas, vias, percursos, etc. que desenham e definem o território).



Por sua vez, todo este processo não seria viável sem o registo cartográfico do território a construir. Sem a sistematização da informação recolhida no espaço em forma de mapas e cartas geográficas, seria impossível uma leitura contínua do território. A unidade do território apenas era conseguida quando se inseriam as povoações numa política mais vasta de gestão territorial. Mais importante que povoar, era urbanizar – ordenando e hierarquizando as relações dentro do território. É nesta interrelação que reside a utopia territorial da urbanização do interior do Brasil, ao subordinar o território a uma política de ocupação do espaço que conjugava simultaneamente motivações políticas, filosóficas, económicas e sociais com uma geometria de princípios de regularidade.

Claro que a maioria das formações urbanas portuguesas têm vínculo aos modelos de traçados ortogonais, como é o caso de Salvador e do Rio de Janeiro (uma das referências de Figueiredo Seixas, como protótipo da sua cidade ideal regular). As cartas de fundação de várias cidades no Brasil, promulgadas essencialmente a partir do século XVIII, têm por base um arquétipo onde o programa funcional e institucional tem implícito o domínio formal, caracterizado pelo desígnio da standardização e por uma arquitectura de programa. As especificidades locais surgem no recorte da paisagem, nos materiais, na cor e nos detalhes decorativos e de adaptação ao clima (ROSSA, 2000: 17).



## 02. *Tratado d'Arruação para emenda das Ruas das Cidades, Villas e Lugares, d'este Reino*

A análise do *Tratado da Ruação*, que constitui esta segunda parte do trabalho, é feita do geral para o particular, à medida que se vai aproximando e aprofundando o tema. Isto é, num primeiro momento é traçada a vida e obra do seu autor, de forma a contextualizar e enquadrar o tratado, integrando-o no quadro das reformas políticas que estavam a decorrer na altura, em particular no Porto, com as intervenções da Junta de Obras Públicas, dirigidas pelos irmãos Almada. Num segundo momento procede-se à análise da estrutura / composição da obra, de forma a poder concluir num terceiro momento, em que categoria é que este se enquadra (tratado ou utopia).

Desta forma, esta parte constitui o corpo principal da dissertação e a abordagem mais analítica do tema. São várias as questões que motivaram e impulsionaram a consideração da obra de Figueiredo Seixas como peça de destaque na temática em discussão: quem era José de Figueiredo Seixas? Que motivações teve para escrever o tratado? Que importância / impacto teve o tratado na altura? Averiguar se existiam tratados semelhantes na época? Que relação tinha José de Figueiredo Seixas com o Rio de Janeiro, numa época em que muitos dos engenheiros militares que iam para o Brasil eram do Norte do país<sup>82</sup>? Verificar a dimensão americana da 'utopia' do Tratado de Ruação?

O presente estudo pretende contribuir para o esclarecimento de algumas destas questões, com o intuito de confirmar se o Tratado, entendido enquanto regulamento, isto é, como o *modus operandi* sobre o território, constitui ou não, um novo *input* no urbanismo português, diferente do até então praticado pela escola de urbanismo dos engenheiros militares que operavam no Brasil.

Mais à frente proceder-se-á à análise do contexto em que surge o *Tratado da Ruação* e o seu contributo para as utopias territoriais do período pombalino. A sua participação directa nas intervenções da Junta de Obras Públicas permanece por comprovar, bem como o fim ao

---

<sup>82</sup> Entre os quais José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765), natural de Viana do Castelo, que parte para o Brasil em 1738, para colaborar com Gomes Freire de Andrade (governador da capitania do Rio de Janeiro, entre 1733 - 63) no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Autor dos tratados '*Exame de Artilheiros*' (1744) e '*Exame de Bombeiros*' (1748).

qual se destinava o seu tratado, isto é, as aplicações práticas do modelo de cidade que propõe e o seu 'modo de emendar' ruas, vilas e cidades do Reino.

O *Tratado da Ruação* reflecte as transformações da cultura arquitectónica da época. O seu autor, formado na tradição do barroco, pretende dar o seu contributo às reformas pombalinas. E não há maior prova disso que a dedicação do tratado ao próprio Marquês de Pombal (na data ainda Conde de Oeiras). Um curioso paradoxo que pode explicar muitas das contradições contidas na obra: a começar pelo carácter utópico do modelo de 'cidade ideal' que propõe na primeira parte, e o regulamento prático que constitui a segunda parte do mesmo documento (ainda que a escala das suas ambições permaneça utópica).

### **José de Figueiredo Seixas**

Pouco se sabe sobre a vida e obra de José de Figueiredo Seixas (doravante referido como Figueiredo Seixas). Desconhece-se a data do seu nascimento, mas sabe-se que era natural de Viseu e que casou em 1728, no Porto, onde trabalhou como arquitecto e pintor, sob a direcção de Nicolau Nasoni (1691-1773).

Não constitui um objectivo desta dissertação uma reconstituição histórica da vida e obra de Figueiredo Seixas, mas é fundamental uma tentativa de esboçar o seu perfil, de modo a compreender o que o motivou a escrever o tratado e os meios que dispunha para o fazer. Este talvez seja um dos aspectos mais interessantes que o estudo do *Tratado da Ruação* coloca: a facilidade com que um 'decorador de igrejas' conseguiu redigir um documento que se aproxima do tratado formal na área do urbanismo.

É com base nos estudos avançados por Domingos Brandão (1964), Rafael Moreira (1989 e 1990), Sousa Viterbo (1899-1922) e a escassa informação que foi possível reunir na Biblioteca Municipal e no Arquivo Histórico Municipal do Porto<sup>83</sup>, que em seguida se traça o seu perfil.

---

<sup>83</sup> Não é possível encontrar documentos directamente associados ao nome de Figueiredo Seixas, nem ao *Tratado da Ruação*, nos arquivos da BMP e do AHM, apenas se encontram pequenas referências associadas às obras em que teve participação no Porto.

A sua formação profissional terá começado pela pintura. Em 1732, traduziu a edição italiana do clássico manual de Andrea Pozzo (1642-1709) – *Perspectiva pictorum et architectorum*<sup>84</sup> (Roma, 1700), juntando algumas observações técnicas, nomeadamente, a referência a um sistema de quadriculação que permitisse a transposição dos desenhos para as abóbadas.

É em Vila Real que se inicia na arquitectura, trabalhando nas obras da capela do Solar de Mateus (1743) e da fachada da Capela Nova (1753). Posteriormente, no Porto, foi-lhe confiada a Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1756): '(...) *linguagem inovadora do rocóco colhida nas gravuras francesas e alemãs. É possível que já então se dedicasse à arquitectura doméstica aproveitando o surto de construção civil dos tempos pombalinos, pois o tratamento que propunha para o ângulo da igreja com varanda em L (afinal não executado por oposição de Nasoni) denota a inteligente compreensão do problema e consciência dos valores urbanísticos*' (MOREIRA, 1989: 443 a 444).

Na Igreja da Lapa (1759), Figueiredo Seixas integra o 'novo gosto inglês' - o neoclassicismo, reflectindo na sua obra o conturbado período artístico que se verificava no Porto, dividido entre a tradição barroca e o novo estilo<sup>85</sup>, assunto que irá ser retomado mais à frente.

No que respeita à sua actividade teórico/didáctica, é precisamente no *Tratado da Ruação* que se lhe encontra referência. Figueiredo Seixas afirma a sua intervenção na Aula do Risco: '*Jozé de Figueiredo Seixas, Pintor e Arquitecto das obras das Igrejas de Nossa Senhora da Lapa das confissões, e da de Santa Anna dos Terceiros Carmellitanos, e Mestre da Aula de Riscar na cidade do Porto.*' Aula essa, que funcionava na Escola Náutica, talvez em moldes semelhantes à 'Casa do Risco das Obras Públicas'<sup>86</sup> de Lisboa, um gabinete camarário de apoio às obras públicas. Afirma, ainda, ser autor de um outro tratado - *A Arte de Edificar*, cuja localização permanece desconhecida: '*E supposto parecerá muita altura de vão a sala de 17 palmos e meyo, se advirta, que não pode menos aquella, que tiver 22 por cada lado, como tem a que propomos livre das paredes, pela regra, que dei na minha arte de edificar.*' (SEIXAS: 18 F).

<sup>84</sup> Manuscrito que se conserva na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (cod. 222).

<sup>85</sup> A sua intervenção nestas obras está bem documentada em BRANDÃO, Domingos de Pinho, *José de Figueiredo Seixas: algumas obras, alguns documentos*. Separata da Revista "Museu", 2ª série, nº. 7, Porto, 1964.

<sup>86</sup> Criada após o terramoto de 1755, a Casa do Risco funcionava na dependência da Junta do Comércio. Nela eram leccionadas as aulas do risco da arquitectura, da escultura e da pintura.

### A 'descoberta' do Tratado de Ruação

Em 1982, Rafael Moreira escreve um artigo, no âmbito do Colóquio Internacional organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal, intitulado: 'Uma Utopia Urbanística Pombalina: O «Tratado da Ruação» de José Figueiredo Seixas'. Desconhecido até à data da publicação deste artigo, o tratado atrai de imediato outras atenções, remetendo quase sempre para o artigo publicado em função do colóquio (com excepção de Anni Günther Nonell, que remete para o documento original, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa<sup>87</sup> e Cátia Marques', que aborda o tratado sob um ponto de vista da análise formal da quadrícula proposta por Figueiredo Seixas). Nomeadamente, e por ordem cronológica, temos: José-Augusto França (1983); José Eduardo Horta Correia (1984 e 1989); Joaquim Jaime B. Ferreira Alves (1988); Paulo Varela Gomes (1988); Bernardo José Ferrão (1989); Renata M. Araújo (1992); Walter Rossa (1995); Anni Günther Nonell (1998) e Cátia Gonçalves Marques (2004), entre outros. Encontra-se, ainda, em desenvolvimento a dissertação de Luís Miguel Gomes<sup>88</sup>: 'Geometria nos traçados urbanos de fundação portuguesa – o “tratado de ruação” de José Figueiredo Seixas', no âmbito do projecto de investigação 'As Morfologias Urbanas Portuguesas'<sup>89</sup>.

Como anteriormente se referiu, a data do tratado é desconhecida uma vez que o autor não lhe faz qualquer referência. Sabe-se que o dirige ao Marquês de Pombal, ainda então Conde de Oeiras, o que levou Rafael Moreira a considerar o intervalo de tempo de 1759 a 1769. De qualquer forma, parece seguro afirmar que a obra é posterior ao terramoto de 1 de Novembro de 1755 e que está directamente ligada ao episódio do urbanismo iluminista português, conhecido por 'Porto dos Almadas'.

<sup>87</sup> BN cod. 6961 – Filme 5758, SEIXAS, José Figueiredo, *Tratado d'arruação para emenda das ruas das cidades, villas e logares, d'este reino*. Porto, 1756, texto manuscrito com 3 desenhos.

<sup>88</sup> Ver em <http://urban.iscte.pt/investigacao/projectos/Miguel-Gomes.htm>.

<sup>89</sup> O projecto é coordenado pela equipa de investigação da instituição proponente, ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, através da área científica de Arquitectura e Urbanismo, grupo de investigação sobre as Morfologias Urbanas Portuguesas. Este grupo de investigação está constituído no Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitectura do I.S.C.T.E., Lisboa, sob a orientação do Prof. Doutor Arq. Manuel C. Teixeira.

À semelhança, das grandes intervenções urbanísticas de inspiração iluminista que surgem um pouco por toda a Europa [Londres, Berlim, Nancy, Bath, Wiesbaden, Karlsruhe, Edimburgo, S. Petersburgo, entre outras], as intervenções pombalinas [Lisboa, Porto, Coimbra, Vila Real de Santo António e Amazónia] revelaram as dificuldades próprias da aplicação de políticas de gestão urbanística coerentes à realidade espacial destas cidades (exceptuando o caso de Vila Real de Santo António que foi construída de raiz). A grande alteração que o pensamento iluminista produziu na prática da arquitectura foi o favorecimento de um suporte técnico e legal que apoiasse uma maior interligação entre o urbanismo e a arquitectura, pensada a partir do sítio (espaço de actuação) em oposição às teorias ‘generalistas’ dos tratados renascentistas. Este ponto de vista vai de encontro às ideias de José Augusto-França (FRANÇA, 1983: 154 a 155) e Horta Correia (CORREIA, 1984: 138), no que respeita à incompatibilidade do tratado de Figueiredo Seixas com a realidade empírica pombalina.

Mas, se por um lado, a arquitectura que se praticava estava mais ligada ao sítio, por outro, o seu âmbito é alargado e passa a englobar o território cujo projecto, acção, domínio e organização passam a ter um lugar de destaque. Esta valorização generalizada do território, contribui para o início da desvalorização da cidade mercantilista ligada ao comércio que, desde finais da Idade Média, domina o território tanto política como jurídica e economicamente, e cujos privilégios começam agora a ser contestados. As reformas dos fisiocratas e naturalistas, obrigaram à revisão crítica da arquitectura e dos próprios instrumentos de ‘projectação’. Estas ideias foram desenvolvidas ao longo do século XIX, suportadas pela reflexão teórica da estética da arquitectura e da paisagem, e pelos debates entre os arquitectos e os engenheiros civis, que começaram a definir os seus novos estatutos profissionais. Este ponto de vista é marca dominante no discurso de Figueiredo Seixas que, tal como afirma Horta Correia, exemplifica o ‘espírito do século’.

Assim, é possível afirmar que a obra de Figueiredo Seixas contém estes dois ‘modos de ver o urbanismo’. Por um lado, situa-se no momento de reflexão entre o saber que, enquanto tratado, propõe uma leitura ideal do projecto. Por outro, a relação entre a teoria e prática de projecto aparece enunciada de uma forma que dificilmente se traduz nos

documentos escritos da época, aproximando-se mais de um regulamento ou norma urbanística.<sup>90</sup>

Aliás, o próprio Iluminismo, enquanto fenómeno político-económico, contém em si diversas contradições entre pragmatismo e ideologia. As manifestações do movimento das Luzes foram diferentes de caso para caso, dependendo de factores como o condicionalismo e a circunstância.<sup>91</sup> Uma outra contradição, visível ao nível do urbanismo, emerge em simultâneo como expressão de uma das dimensões mais marcantes do iluminismo: a utopia e a concretização da sua prática política. *‘Reformar, reconstruir e sobretudo construir cidades “ex-novo” aparece, um pouco por toda a parte, na Europa como em Portugal, não só como a expressão mais cara da utopia iluminista, mas também como sinal de reformismo social, de reconversão económica, ou de simples afirmação do Poder do Estado, em qualquer dos casos, como signo, por excelência, do Poder.’* (CORREIA, 1984: 27). Mas este é um assunto a desenvolver mais tarde, no último capítulo desta parte.

### **A ‘Aula do Risco’ e a Junta de Obras Públicas no ‘Porto dos Almadas’**

#### **Contextualização do tratado**

As motivações da intervenção urbanística no Porto foram bem diferentes das de Lisboa, uma vez que o terramoto de 1755 apesar de ter provocado alguns danos em alguns edifícios públicos, em especial nas igrejas (ALVES, 1988-90: 89), não foi de importância relevante para as intervenções sectoriais e técnicas que decorreram na cidade.

De uma forma geral, é possível estabelecer um conjunto de factores que estiveram na origem deste processo, tais como: o aumento do comércio e da população, que levou ao aparecimento de novos bairros; a falta de planificação das novas zonas que cresciam de forma descontrolada; a permanência do traçado irregular de grande parte do tecido urbano

---

<sup>90</sup> Desde a Idade Média que uma série de posturas régias ditavam as regras para o assentamento das novas povoações. No Brasil, por exemplo, as cartas régias continham indicações gerais para os engenheiros militares na execução das cidades.

<sup>91</sup> No caso de Lisboa, a circunstância foi propiciada pelo terramoto de 1755; em Coimbra, pelas reformas da educação; Vila Real de Santo António, pelas reformas das pescas (criação da Companhia Geral das Reais Pescarias do Algarve) e no Porto, a criação da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro (1756).



edificado e a abertura de novas ruas face à necessidade de melhoria da circulação e mobilidade dentro da cidade.

Face a este cenário, a morfologia urbana da cidade passou a ser encarada de uma forma diferente, exigindo formas de actuação que estivessem à altura dessas diferenças criando-se, para o efeito, a Junta das Obras Públicas, em 1758. Com o apoio do poder central e em nome do 'bem público', a Junta das Obras Públicas era a única instituição responsável pela política urbana da cidade, com uma participação activa em todas as fases de projecto. Por detrás das operações levadas a cabo por esta instituição, sob a direcção de João de Almada e Melo (1757-1786), cumpria-se o objectivo principal que lhe estava subjacente, o de 'modernizar' a cidade do Porto. Isto é, estabelecer um desígnio para a sociedade e traçar o melhor ordenamento possível, com vista a otimizar as condições materiais da actividade produtiva, através de um planeamento eficaz que suportasse as instituições e os sistemas económicos.

Os técnicos responsáveis, arquitectos e engenheiros militares e civis, tinham uma formação cujo ensino recorria, essencialmente, aos manuais de fortificação seiscentistas, nomeadamente franceses, onde se preconizaram também regras e normas urbanísticas, acessíveis através de traduções que se iniciaram no país, nos princípios do século XVIII.

É nesta altura que se começa a desenvolver uma tratadística nacional, já de orientação profissionalizante mas que, à semelhança dos manuais franceses, abordava sobretudo temas ligados à engenharia militar. As transformações urbanas realizadas sob a égide do Marquês de Pombal, constituíram autênticos estaleiros de construção, onde a inovação tecnológica se fez sentir nos '*ateliers urbanos*' (oficinas/estaleiros como a Casa do Risco) criados para a ocasião que, para além da sua componente prática, assumiam a responsabilidade de 'formar' os oficiais que orientavam os trabalhos. Recorrendo ao suporte teórico acima referido (manuais e tratados), estas oficinas ofereciam uma alternativa à tradicional 'Aula de Fortificação'.<sup>92</sup>

Estavam, assim, criadas um conjunto de soluções que assentavam na desvalorização de alguns aspectos formais e fundamentos da arquitectura clássica, a favor da ciência que, em França, fez com que o debate sobre a cidade e a arquitectura surgisse fora dos debates

---

<sup>92</sup> Aula da Fortificação e Arquitectura Militar – 1647, leccionada por Serrão Pimentel (1613-1679). Pretendia ensinar a ciência e a arte de fortificar que se tinha vindo a desenvolver na Europa com sistemas de defesa e tecnologia sofisticada.

académicos. No entanto, este é um fenómeno que não se verifica a nível nacional. Pelo contrário, é nesta altura que se dá o ‘boom’ das Academias, nomeadamente a Academia das Ciências de Lisboa (1779). Ainda que não houvessem debates públicos sobre a arquitectura da cidade, as academias tinham um espólio considerável de tratados e manuais das mais variadas áreas. E era através dos seus membros (como Correia da Serra) que se fazia a crítica à cidade.<sup>93</sup>

Para além da tratadística francesa, os arquitectos do Porto contaram também com a inglesa. John Whitehead<sup>94</sup> (1726-1822), arquitecto inglês, cônsul no Porto, propõe ao Marquês de Pombal um sistema de medidas, que apresentou à Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1781. José Francisco de Paiva (1744-1824), arquitecto, conhecia a obra impressa de Robert Adam<sup>95</sup> (1728-1792), bem como a de Thomas Chippendale (1718-1779), Thomas Sheraton (1751-1806) e George Hepplewhite (?-1786), três dos maiores desenhadores de mobiliário da Inglaterra no século XVIII. Na biblioteca da Academia da Marinha e Comércio, até 1836, quando é criada a Academia Portuense de Belas Artes (antecessora da Escola Superior das Belas Artes), existia um notável número de tratados de arquitectura, dos quais constavam obras de – Vitruvius, Alberti, Serlio, D’Aviler e Bondel, e manuais ingleses, entre os quais: ‘Villas’ (1747) de John Robertson<sup>96</sup>; ‘*The British Architect; or The Builder’s Treasury of Staircases...*’ (1745) de Abraham Swan<sup>97</sup> e ‘*The British Carpenter: or, a Treatise on Carpentry. Containing the most concise and authentick Rules of that Art, in a more Useful and extensive Method, than has been made Publick*’ (1735) de Francis Price (1704?-1753) (FERRÃO, 1945: 96).

<sup>93</sup> ‘*Notice inedite sur Lisbonne en 1781*’. Carta da descrição da cidade depois do terramoto de 1755, encomendada ao Abade José Correia da Serra, pela Academia das Ciências, a ser publicada a pedido de Robert Vaugondy, o responsável pela parte geográfica da enciclopédia Metódica. No entanto, nunca chegou a ser publicada – ver anexo 01.01 da presente dissertação.

<sup>94</sup> Amigo de João de Almada e Melo, participou na reforma urbanística do Porto, nomeadamente na Feitoria Inglesa, no plano da Praça da Ribeira (só em parte realizado) e vários outros projectos não construídos. Foi um dos responsáveis pela introdução da corrente neoclássica (neopalladiana) na arquitectura portuense. Na sua biblioteca pessoal encontravam-se trabalhos de Bunyam, Locke e Hume e manuais de arquitectura neopalladiana, impressos em Londres (FERRÃO, 1945: 95).

<sup>95</sup> Arquitecto inglês que estudou as ruínas clássicas romanas, em França e na Itália, impulsor do revivalismo neoclássico na Inglaterra.

<sup>96</sup> Matemático inglês, autor de ‘*A Treatise of Mathematical Instruments*’, 1775.

<sup>97</sup> Foi o primeiro livro de arquitectura a ser impresso nos EUA (Filadélfia, 1775), seguido de ‘*A Collection of Designs in Architecture, Containing New Plans and Elevations of Houses, for General Use*’, (1720 – 1765), igualmente publicado em Filadélfia (1775) e ‘*Georgian Architectural Designs and Details: The Classic 1757 Stylebook*’. Foi um dos arquitectos do século XVIII que exerceu maior influência na arquitectura colonial americana.

Dentro da cidade, a gestão do espaço urbano passava sobretudo por regulamentar o seu uso, procurando generalizar regras que assegurassem a boa ordem da vida civil, isto é, o seu bom funcionamento a todos os níveis. Por exemplo, o bom funcionamento da rede viária através de rectificações e alinhamentos de ruas e largos; prolongamentos de ruas; supressão de becos e de adequar às novas tendências liberalizantes os instrumentos de controlo formal do espaço urbano introduzidos pela Junta das Obras Públicas.

É neste contexto que Figueiredo Seixas (discípulo de Nicolau Nasoni que, juntamente com António Pereira, constituíram os expoentes máximos da actividade arquitectónica realizada no Porto no período que antecede as intervenções urbanísticas de 1700 a 1757), escreve o seu tratado. Ainda que não esteja comprovada a sua participação no processo que envolveu a acção da Junta de Obras Públicas, o título da sua obra é bem sugestivo da sua aspiração a conseguir tal desempenho. O *Tratado d'Arruação para emenda das Ruas das Cidades, Villas, e Lugares Deste Reyno* tem a pretensão de se instituir como manual/caderno de encargos – suporte teórico à actividade desenvolvida pelos técnicos (leia-se *ruadores*), que faziam parte desse processo. Figueiredo Seixas chega mesmo a pedir a Sebastião José de Carvalho e Melo que o institua como lei: *'Todos estes justos motivos dispõem a minha insuficiência á pedir a V. Ex.<sup>a</sup> se digne illustrar a presente obra, que contem as do aspecto para a Ruação nas cidades, villas, e lugares, e caminhos de todo o Reino, e recebendo de hum caso consumado em engenho, e profundo discurso as sufficientes Luzes mereça chegar onde El Rey Nosso Senhor, para que julgandoa este benigno Rey da Pátria de algum proveito, se incline a estabelecer por Ley a Arte da Ruação, emendando para esse effeito o seu attendive ministério, neste Tratado, tudo o que se aponta na 2. P. num 3. arrespeito de haver hum juiz em cada hua cabeça e comarca para executar a dita Ley.'* (SEIXAS: 3F)